



NOS FRAGMENTADOS DEGRAUS DO TEMPO

Por uma História e Memória do Patrimônio de Vila Velha de Itamaracá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, Mestrado em História, Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Recife, 2014.

Ficha catalográfica

S586n Silva, Nátalli Emanuelli Araújo da
 Nos fragmentados degraus do tempo: por uma história
 e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá /
 Nátalli Emanuelli Araújo da Silva. – Recife, 2014.
 138 f. : il.

 Orientadora: Ana Lucia do Nascimento Oliveira.
 Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
 Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
 Departamento de História, Recife, 2014.
 Inclui referências e anexo(s).

 1. Imaginário holandês 2. Patrimônio 3. Memória
 4. Turismo 5. História do tempo presente I. Oliveira, Ana
 Lucia do Nascimento, orientadora II. Título

CDD 981.3

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

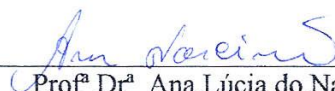
NOS FRAGMENTADOS DE GRAUS DO TEMPO
Por uma História e Memória do Patrimônio de Vila Velha de Itamaracá

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

NÁTALLI EMANUELLI ARAÚJO DA SILVA

APROVADA EM 28/ JULHO /2014

BANCA EXAMINADORA

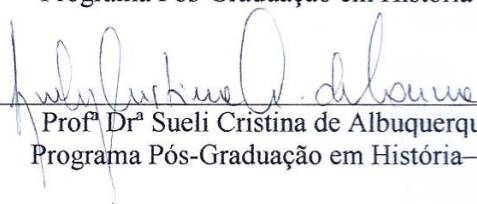


Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



Prof^ª Dr^ª Isabel Cristina Guilen
Programa Pós-Graduação em História – UFPE

Prof^º Dr^º José Luís da Mota Menezes
Programa Pós-Graduação em História– UFPE



Prof^ª Dr^ª Sueli Cristina de Albuquerque Luna
Programa Pós-Graduação em História– UFRPE

Àquela que foi mãe quando ninguém mais foi. Que mesmo sem perceber e esperar construiu tudo que há de bom em mim. A minha tia-mãe, Ivanilda Pereira, em memória.

AGRADECIMENTOS

Em tempos de Copa do Mundo no Brasil e como apaixonada por futebol que sou, gostaria de escalar o time que foi titular durante esta minha recente carreira acadêmica, além daqueles que fizeram parte da comissão técnica dos meus vinte e nove anos de vida.

Na defesa, temos que destacar a sempre presente e importantíssima atuação do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ), por conceder dois anos de bolsa no mestrado e mais um ano durante a graduação, agarrando todos os pênaltis adversários com categoria e tornando possível a continuidade das pesquisas e o atendimento das atividades propostas pelo Programa de Pós-graduação. Sinceros agradecimentos.

À Comissão de Arbitragem que teve como titular a Professora Ana Nascimento, apontando as faltas, mais sabendo como ninguém educar no caminho correto, sempre dando exemplos valiosos, categorizando as nossas virtudes e falhas, dentro e fora de campo. Ultrapassando e muito o papel de orientadora, estando presente nos momentos mais significativos deste tempo em que convivemos e conduzindo as minhas jogadas sempre para o melhor caminho, a despeito das minhas teimosias e mudanças de regras. O meu apreço e agradecimento sem medida.

Em parceria nesta comissão, chamo à campo os Árbitros auxiliares, mais não menos importantes, os professores que acompanharam a minha caminhada e dotaram de obstáculos e aprendizagens os meus lentos passos até o gol. Giselda Brito, a primeira a me dizer que eu poderia sim, ser historiadora. Sueli Luna e Osvaldo Girão, também companheiros de outros campos, os da arqueologia, que tantas memórias e espaços legaram a minha vida, muito obrigado.

Como membros da Banca, meu agradecimento, primeiro de qualificação, o Professor Fernando Guerra, com as contribuições e sugestões inestimáveis, que tentaram ser seguidas na estratégia do jogo. E o agradecimento a

presença valiosa de um dos mais importantes pesquisadores do nosso estado. Agradeço antecipadamente ao Professor José Luis da Mota Menezes por aceitar o convite e ter a paciência e delicadeza de contribuir para esta etapa do trabalho.

Junto a eles, pois esta comissão é tão grande quanto exemplar, estão as professoras Alcileide Cabral, Lúcia Falcão e Ângela Grillo que ensinaram que o pesquisador também pode ser um bom professor e que é possível amar esta profissão. Aos professores Thiago Melo e Wellington Barbosa que com bom humor e ironia mostrarão que eu não sei nada de história e que sempre estarei no meio de campo, perseguindo esta tão intrigante missão, me fazendo correr cada vez mais atrás deste objetivo. Deixemos de superestimar o gol, a arte do drible às vezes é mais empolgante. Os dois são campeões nesta habilidade, espero ter aprendido um pouco.

Para completar esta comissão padrão FIFA, agradeço aqueles que me fizeram debater conceitos e rever tudo que eu sabia, ou achava que sabia, sobre história, que deram um nó nas minhas pernas e me ajudaram a desatar, que acenderam os refletores do campo e mostraram os caminhos mais instigantes deste nosso ofício, o Professor Ricardo Pacheco e a Professora Isabel Guillen, sem os quais este trabalho seria totalmente outro e se há algum mérito no que foi escrito aqui, ele vai para os conselhos e direcionamentos tão gratuitamente dados pelos dois.

E no meu time estelar, apesar de não milionário, está a equipe que estive em campo durante os 90 minutos de jogo mais acréscimos, prorrogação e pênaltis. Os goleiros que desde o início passaram as melhores bolas, incentivando, ensinando e motivando com os ótimos exemplos: Márcio André, André Carlos, Olga Cristiana.

Os Zagueiros, sempre defendendo as áreas de fragilidade em campo, em todos os campos, Thiago Nunes, Josué Lopes, Elba Monique, Lenivaldo Cavalcante, Marcone, Vitor, Fernando, Romerito, Dirceu Marroquim, Elizabeth Soares, Gernan Gomes, Edinaldo Rafael e Pollianna Calado, Frank dos tempos de graduação e os companheiros de entrevista e pesquisa patrimonial Eduardo e Bruno Melo. Além dos novos mais não menos importantes integrantes deste

time, Erenilda Lopes, minha coordenadora Adriana, Albertina Ramires e Norma, que mantiveram a bola em jogo. Todos estavam sempre prontos na quadra, no campo, na praia para proteger as expectativas, enfrentar junto os desafios, construir soluções. Foram fundamentais neste campeonato.

Os Centroavantes são aqueles que conduzem ao gol, que fazem do esporte uma arte, que são definitivos para mudar a história do jogo. Nesta posição não poderiam deixar de estar as duas mais presentes companheiras de equipe Rosely Tavares e Viviane Rodrigues. Sem estas duas meninas, o jogo certamente teria sido perdido, o número de passes errados iria ser recorde e a bola nunca iria chegar nos meus pés. Obrigado por terem se tornado amigas tão especiais e me fazerem voltar a valorizar estes laços.

O meu time não estaria completo se não fosse a presença valorosa de uma torcida apaixonada, que às vezes xinga, outras vibra, mais está sempre presente, empurrando o meu time pra frente, a minha família: Sandra, Sigmar, Sérgio, Sidney, Bruna, Pablo e Micaella meus irmãos do coração. Eliane, Edna, Yasmim, Jonathan, Jurley, Silvia, Ricardo, Simone, Valéria, Caique, Lucas e Cauã. Rinaldinho, Alexandre, Evandro, Fernando, Telma, Tereza Cristina e Sylvania, a família que me escolheu e acolheu. Jaderson e Éricka a família que eu escolhi. Além dos Pequenos, Eliza, Helen e as novas e valiosas contratações Maria Júlia e Davi. Obrigado por serem o grito de guerra nos momentos decisivos.

Por fim gostaria de fazer o meu agradecimento apertado, o meu grito de gol vai para os membros da minha comissão técnica. Para as pessoas que me ensinaram a valorizar a vida e todas as oportunidades que me foram dadas, seja através do exemplo ou da bronca. Agradeço com todo o amor que muitas vezes não conseguimos expressar a minha mãe Sueli Soares e a minha filha-irmã Maria Catharina por me fazerem encontrar respostas para os obstáculos da vida e mesmo quando estes parecem intransponíveis oferecer espaço para superá-los.

Para aqueles que são para além de parte do meu time, são parte do meu coração, são meus braços e pernas, minha mente e sentidos. Os dois homens que me movem para todas as direções e levam todos os créditos por

cada passo acertado que dou. Aqueles que fazem cada pedacinho da minha trajetória uma memória inesquecível. Agradeço infinitamente a Rodrigo Ibson, meu marido e Gabriel Aquiles, meu filho, vocês serão sempre os maiores craques da minha seleção.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo lançar mão no campo da historiografia de uma discussão da marca da relação entre a ciência história e sua articulação no tempo e da construção dos espaços de memória. Entender como a memória se projeta em um panorama cultural ligado a um conjunto de bens patrimoniais significa relativizar os elementos da própria memória enquanto ação seletiva inerente ao ser humano. Ao escolhermos tal ou qual bem patrimonial como marcas da nossa identidade cultural estamos legitimando um sem número de condições históricas que podem ou não terem sido conduzidas dentro de uma lógica política e social. As condições de construção de uma história e memória do patrimônio para a Vila Velha da Ilha de em determinado momento do século XX, a saber, a entre as décadas de 1980 e 2000, são o tema de discussão deste texto. As tensões gestadas em torno da edificação deste cenário patrimonial são da ordem das políticas, das redes intelectuais de elaboração conceitual, da construção de discursos de poder nacionais e sobretudo, de um patrimônio pensado como atividade turística mais de não preparado para isso. O trabalho busca dentro deste panorama trazer as discussões historiográficas relativas à história da Ilha, bem como documentos primários e fontes diversas competentes à cartografia e a geografia, bem como a nossa mais valiosa fonte os registros orais atuais, que são a ponte entre os questionamentos e as demais fonte. A discussão encarada neste texto considera ainda a ordem dos tempos em que história e memórias são gestadas, que se efetuam e significam

a fim de se legitimarem mutuamente em um jogo de equilíbrio e sensibilidades sempre em construção.

Palavras-Chave: Patrimônio e Turismo, História Oral, Vila Velha, Memória e Imaginário Holandês.

ABSTRACT

This work aims to make use in the field of historiography in a discussion of the relationship between brand history and science articulation in time and the construction of memory spaces. Understand how memory is projected on a bound to a set of assets means relativize cultural landscape of memory while the elements inherent human selective action itself. By choosing this or that brand equity as well as our cultural identity are legitimizing countless historical conditions that may or may not have been conducted within a political and social logic. The conditions for building a history and memory of the heritage of the Old Village of Island at any given moment of the twentieth century, namely, between the 1980s and 2000, are the topic of discussion of this text. Tensions gestated around the building this asset scenario are the order of policies, intellectual networks of conceptual elaboration, construction of discourses of national power and primarily thought of as a heritage tourism activity over not prepared for it. The job search within this panorama bring historiographical discussions regarding the history of the island as well as primary documents and sources to various relevant cartography and geography, as well as our most valuable source current oral records, which are the bridge between the

questions and other source. The discussion considered in this text also considers the order of time in which history and memories are gestated, which are carried out and mean to legitimize each other in a game of balance and sensibilities always under construction.

Keywords: Heritage and Tourism, Oral History, Vila Velha, Memory and Imaginary Dutch

- I. FUNDARPE: Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco;
- II. IAHG-PE: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco;
- III. APEJE: Arquivo Público Jordão Emerenciano;
- IV. SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- V. IPHAN: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional;
- VI. PRODETUR: Programa de Desenvolvimento do Turismo;
- VII. GRAAL: Grupo de Arquitetura e Urbanismo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Ortofotocarta da Ilha de Itamaracá com destaque para o perímetro da Vila Velha	23
Figura 2 Ponte sobre o Rio Paripe, entrada de Vila Velha – Itamaracá.....	32
Figura 3 Vista do Plano urbano principal da Vila Velha de Itamaracá.....	33
Figura 4 Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Vila Velha, Itamaracá.....	34
Figura 5 Pelourinho da entrada da Vila Velha, através da Ponte sob o rio Paripe.....	35
Figura 6 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	36
Figura 7 Iconografia holandesa indicando os principais elementos de defesa de Vila Velha.....	38
Figura 8 Estrutura base da Casa de Câmera e Cadeia na Vila Velha de Itamaracá.....	52
Figura 9: Vôo de Pássaro Ilha de Itamaracá. Vista da margem da Vila de Igarassu para a Vila de Nossa Senhora da Conceição.....	59
Figura 10: Cópia de Iconografia holandesa indicando a distribuição espacial dos principais aparelhos administrativos da ocupação holandesa.....	61
Figura 11: Detalhe da entrada da Vila de Nossa Senhora da Conceição. Descrição em português.....	62
Figura 12: Iconografia holandesa indicando os principais elementos de defesa de Vila Velha.....	64
Figura 13: Área de Mangue às margens do Rio Paripe.....	86
Figura 14: Ponte sobre o rio Paripe.....	87
Figura 15: Vista de Vila Velha para a Coroa do Avião, um dos espaços de maior avanço imobiliário da Ilha ao longo dos anos 2000.....	88

Figura 16: Fragmento de garrafa de Grès, encontrada no manguezal, às margens do Canal de Santa Cruz.....	98
Figura 17: Diversos fragmentos de louça de coleção particular de morador da vila.....	99
Figura 18: Fragmentos de cerâmica, no ambiente da praia.....	99
Figura 19: Piteira de Cachimbo colonial, na praia às margens do Canal de Santa Cruz.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição dos Destinos Turísticos PRODETUR-NE.....	94
Tabela 2 Fluxo Global de turistas de Pernambuco de 1996 a 2001.....	95
Tabela 3 Referência ao Mapa de Prioridades Arqueológica do Plano de Intervenção de Vila Velha.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. UMA HISTÓRIA DA ILHA DE ITAMARACÁ: DO SÉCULO XVI ÀS SUCESSIVAS MURALHAS NO TEMPO DA VILA

1.1 Os primeiros passos da Vila de Nossa Senhora da Conceição

1.2 A presença holandesa e o início de outra história

2. A INSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO EM ITAMARACÁ

2.1 Uma história de Vila Velha: as imagens do passado

2.2 Uma Vila Patrimônio: O século XX e o interesse turístico sobre a Ilha

2.3 As primeiras intervenções: Caminhando para a patrimonialização

2.4 O turismo e o “des”interesse patrimonial – PRODETUR e Plano de Preservação de Vila Velha

3. BAÚ DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATRIMONIAL DE VILA VELHA

3.1 Um guia para ouvir a memória da Vila: os relatos orais

3.2 A relação história e memória e a construção do lugar do patrimônio para a Vila Velha de Itamaracá

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Os homens vivem suas vidas presos a um eterno presente, entre as brumas da memória e o mar de sombras que é tudo que sabemos dos dias vindouros. (MARTIN. 2012, p. 442)

O trabalho aqui apresentado é fruto de uma trajetória de pesquisa que começou com a iniciação científica e fortaleceu um sem número de inquietações em relação à História da Ilha de Itamaracá, mais, sobretudo, ao produto mais diretamente ligado aos habitantes desta Ilha atlântica, sua memória e seu patrimônio. Se inicialmente pesquisamos os bens patrimoniais encontrados na Ilha, suas origens e inter-relações culturais. Hoje apresentamos um objeto de pesquisa que busca compreender o conjunto de narrativas construídas acerca destes bens patrimoniais e da memória construída sobre eles.

Na elaboração desta pesquisa passamos por um muito longo recorte cronológico, pois sentimos a necessidade de buscar a história da Ilha de Itamaracá desde o momento de sua fundação como feitoria, passando por uma sucessão de eventos que caracterizaram as inúmeras marcas patrimoniais reconhecidas atualmente, pelos moradores da Ilha e pelos órgãos de proteção ao patrimonial estadual. Esta necessidade se faz presente ainda pelo fato de a historiografia brasileira ter produzido poucos trabalhos ocupados unicamente em contar a história da Ilha. Se por um lado temos valiosas contribuições para o entendimento arqueológico, econômico e social desta porção atlântica, não temos um trabalho científico que percorra este longo caminho documental que vai do século XVI até os dias atuais.

Apesar de o objetivo do nosso trabalho não ser propriamente contar a história da Ilha, nos dedicamos no primeiro capítulo a apresentar ao leitor a

tortuosa estrada apresentada por documentos dispersos, entre arquivos do estado de Pernambuco e da Paraíba, bem como de Bibliotecas em Portugal e na Holanda. Construir a história da Ilha de Itamaracá hoje é tarefa bastante árdua, nos propomos então ao menos a perpassar alguns momentos relevantes no que toca o objetivo deste texto, deixando pelo caminho sugestões aos historiadores que puderem se aventurar mais profundamente neste fascinante lugar de observação historiográfica.

Se divisamos a Ilha de Itamaracá como ambiente de produção do nosso objeto, nos debruçamos, sobretudo, ao lugar que centraliza o conjunto patrimonial desta, a Vila Velha de Itamaracá. Estudar o patrimônio da Ilha de Itamaracá é, sobretudo, ocupar a Vila que foi por tanto tempo sede administrativa da Capitania de Itamaracá e que registrou os momentos de maior poderio, militar, econômico e social da Ilha.

A Vila Velha é também o foco das experiências patrimoniais efetuadas na Ilha durante o século XX, que é efetivamente o recorte cronológico escolhido para este texto, o que se justifica pelo fato de ser neste período, mais especificamente na década de 1940 do século XX, e, sobretudo, nas últimas três décadas deste século, entre 1980 e 2000, em que se fortaleceram os esforços em elaborar um ambiente patrimonial para a Ilha de Itamaracá, junto com um plano de turismo patrimonial, pioneiro para o período.

Este trabalho busca objetivamente estabelecer um paralelo entre a criação de referenciais patrimoniais para a Ilha de Itamaracá, e a Vila Velha, centrados em um imaginário e memória da presença holandesa no local, refletindo um período de apogeu econômico e cultural como visto em todo o território ocupado pelos holandeses no século XVII.

Analisar as influências de um parâmetro de produção patrimonial externo elaborado pelas Instituições de proteção patrimoniais construídas ao longo do século XX, bem como por um conjunto expressivo de intelectuais e textos, documentos históricos apresentados como obras de construção da história holandesa, tomaram a posição junto à população da Ilha de discurso de verdade histórica referendando um já presente imaginário popular de elogio aos holandeses.

Neste sentido há quem questione ainda a imparcialidade de uma escrita como esta, quando muitos dos intelectuais que tratamos fizeram escola durante o século XIX, com os cientistas positivistas que apregoavam a importância de se produzir argumentos pautados na objetividade das fontes, no observar e relatar, na crueza da descrição. E durante muito tempo este modelo foi aplicado à história em uma real tentativa de ser reconhecida como ciência, de esquecer a herança dos primeiros historiadores, aqueles que como Heródoto, lançavam mão de muitas fontes diversas: mapas, observação do ambiente, relatos de viajantes e etc. e criavam uma trama que de tão empolgante era confundida com literatura, como pode ser observado na fala de Hayden White:

A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torna-los “familiares” a ele. Assim a narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares. (WHITE, 2010, p.105).

De modo que compreendemos a narrativa histórica como apresentada por Hayden White como um ponto de culminância entre o fato ocorrido e o relato sobre o fato, seja este oral ou escrito. A nossa problemática não está então no fato de haverem várias narrativas acerca da história da Ilha de Itamaracá, mas em entender o modo como foram elaboradas ao longo do tempo, que tensões discursivas a gestaram.

Para tanto, nós também elaboramos nosso próprio discurso sobre o período observado, a saber, o século XVII, palco dos maiores embates

políticos, sociais e econômicos e para o qual foram eleitos como protagonistas os Holandeses que invadiram o norte da colônia brasileira.

Neste trabalho então, o nosso ponto de confluência é sempre o presente, que como indica Marc Block, em seu *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, “é o lugar de elaboração dos problemas em história” (BLOCH, 2002, p.61) e é também ao nosso entendimento o lugar de ação dos sujeitos mesmo que eles sejam historiadores. Este lugar não deve ser somente de observação, mas, também de tomada de consciência, pode parecer inócuo dentro do sistema acadêmico em que estamos inseridos, mas o tipo de história que resolvemos escrever é aquela que considera o passado e age sobre o presente.

Construímos um recorte cronológico que toca a década de 1940 do século XX e que se estabelece em fins deste. Dos anos 1980 ao ano de 2001, quando são retomados os esforços de patrimonialização do ambiente histórico da Vila Velha de Itamaracá. Apesar disso estamos sempre voltando para um período específico desta trajetória da Ilha e que marca a história do patrimônio da mesma, o período de ocupação holandesa, que conduziu para a observação de um imaginário holandês presente na fala dos moradores, nas ações institucionais, na memória sobre a Ilha de Itamaracá.

O fascínio pelo período holandês pode ser observado mesmo hoje neste texto, pois sempre voltamos para ele, para este tempo, que tanto marcou a nossa própria história enquanto pesquisadores. Entretanto, muitos caminhos ainda precisavam ser percorridos para que a nossa trama começasse a ganhar forma e contexto.

As problemáticas impostas por uma história da Vila de Nossa Senhora da Conceição, ou Vila Velha como chamamos hoje, no século XVII, nos parecia por demais re-contada, tínhamos na boca o gosto da repetição e de estar contando o já dito, apesar das ferramentas serem outras. Isso nos incomodava, mais o pior era a sensação de estar impondo ainda mais legitimidade ao discurso que passamos a identificar como de elogio a presença holandesa, que estava presente na escrita historiográfica referente não só a Ilha de Itamaracá,

mais à porção do nordeste em que estes estrangeiros tiveram influência. Tudo parte de um contexto discursivo que colocamos em pauta neste texto.

Mais voltando às nossas inquietações, começamos a perceber na construção de nosso diário de campo de pesquisa uma constante nos relatos de fontes orais, referentes às memórias do tombamento e do processo de patrimonialização. Observamos dois discursos distintos em relação a este momento da história da Vila e resolvemos que esta problemática merecia maior atenção.

Foi então que chegamos ao entendimento de que ao confrontar o tempo da patrimonialização com a relação história e memória iria nos resultar outro entendimento da historiografia construída para a Vila até então. Se o que nos inquietava era a discordância entre os discursos historiográficos e as memórias construídas, talvez alcançássemos as respostas ao confrontar os aspectos do processo de patrimonialização.

Sendo assim temos um primeiro capítulo em que discutimos a construção historiográfica da Ilha de Itamaracá, desde sua fundação no século XVI, perpassando o auge de sua instituição enquanto Capitania Hereditária no século XVII, o período de crise e desmembramento que se seguiu entre o XVIII e o XIX e por fim o longo século XX com a elaboração das políticas patrimoniais e o desenvolvimento do turismo na Ilha com o conseqüente diálogo entre o patrimônio e o imaginário holandês constituído e vivido na memória dos moradores.

Este capítulo é importante na medida em que apresentam os nossos principais referenciais teóricos e a forma como lidaremos com eles durante as outras partes do texto. Mais também por corresponder ao objeto mesmo e o lugar em que queremos chegar com esta narrativa. Se tomarmos a noção de tempo como alicerce é porque buscamos nele o sentido para o tripé história, memória, patrimônio. Esperamos chegar ao fim deste texto a uma consideração acerca do lugar do tempo diante da reflexão que compõe este diálogo tanto conceitual quanto objetivo, no sentido de sua relação com o cotidiano e porque não com o presente, para o qual sempre voltamos.

Ao segundo capítulo reservamos primeiramente uma imagem da Vila Velha de Itamaracá, demarcamos o seu espaço físico e um recorte de sua história a mais discutida, referente ao período holandês, ancorada por uma análise imagética referente a ela. Utilizamos para isso imagens da Vila, que ultrapassam a descrição em palavras e alcançam o aspecto mais delimitado das cores e contornos produzidos no período estudado e também frutos do momento mais próximo de observação, enquanto a Vila passava por seu processo mais expressivo de patrimonialização, durante a década de 1980.

Neste capítulo ainda encaramos uma discussão pautada na influência de duas instituições para a composição do contexto patrimonial empreendido em Vila Velha. Buscamos uma compreensão dos sentidos das intervenções patrimoniais nos relatórios arqueológicos produzidos para a FUNDARPE na década de 1980, ainda e depois na primeira década do século XX, no lugar de análise que muitos historiadores gostariam de chamar História do Tempo Presente.

Sobre a FUNDARPE ainda gostaríamos de levantar a discussão acerca do momento vivido pelo entendimento do que é patrimônio no Brasil e em Pernambuco. Momento este, que ultrapassa as vias de teor intelectual, chegando ao patamar do político e social, passaremos, por isso ainda que não seja o foco da nossa discussão.

No que diz respeito à outra instituição de relevância para a construção da história e memória acerca do patrimônio de Vila Velha, trazemos para o diálogo a atuação do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, neste ponto retrocedendo mais uma vez no tempo, agora para a primeira metade do século XX, para analisar as notícias obtidas pelo IAHG-PE sobre o patrimônio da Ilha de Itamaracá e mais especificamente de Vila Velha. O termo patrimônio ainda não tinha o mesmo sentido mais faz parte de nossa discussão o entendimento de como os bens a serem elencados como tal vão se constituindo desde então.

Mais uma vez traçamos um paralelo com a história política e social do período na medida em que isto nos ajuda a questionar as escolhas destas Instituições por tal e qual objeto de estudo e análise. É importante ressaltar

aqui que não buscamos fazer a história destas instituições ou mesmos elaborar uma discussão acerca da intelectualidade no período, mais para a coerência da narrativa há que se construir um entendimento da atuação destas Instituições para o que se constituirá na história, memória e patrimônio da Vila Velha.

No último momento deste capítulo buscamos traçar a trajetória da patrimonialização em termos estruturais, a partir da construção dos patrimônios da Vila enquanto produto turístico e das transformações sofridas pelo espaço para obedecer a esta nova realidade. Analisamos ainda as mudanças nas perspectivas relativas ao patrimônio nos diversos momentos em que ele esteve em pauta e que foram de relevância para a construção do seu significado histórico e da memória daqueles que fazem parte de seu contexto físico e sensorial.

O terceiro e último capítulo nos serve como ponto de confluência e para ele resolvemos reservar a análise das nossas fontes orais, que nos contaram tanto e que foram, sobretudo, o motivo desta investigação, posto que foi delas que a nossa problemática surgiu, dos motivos do presente.

Neste capítulo buscamos ainda elaborar estratégias metodológicas para a utilização dos complexos conceitos de memória, história e patrimônio em nosso texto, observando que não chegaremos a um entendimento fechado e que em outros momentos do texto buscaremos dialogar com teóricos que nos ajudaram a tornar cada vez mais coerente a nossa discussão.

Dialogamos neste capítulo com a memória construída, não só de fatos recentes mais com o sentimento legado pelo passado vivido e aprendido pelas diversas experiências compartilhadas por uma comunidade que busca se manter cada vez mais uniforme em sua linhagem, como se fosse esta uma forma de manter o seu passado. Mais que passado é este? Que história os moradores atuais de Vila Velha tem para nos contar?

Buscamos a compreensão de décadas de uma busca incessante de elementos externos para concretizar um projeto de patrimonializar os bens arquitetônicos da Vila, ao mesmo tempo em que percebemos uma comunidade

que luta para se manter vinculada a este espaço de memórias e do presente que não deixa de ter relação com o passado.

Neste capítulo exploramos o sentido do tempo para a memória e história de Vila Velha e buscamos em seu patrimônio as marcas do registro historiográfico, do discurso científico e do sentimento da vivência das famílias que compõem aquele cenário histórico.

1. Uma história da Ilha de Itamaracá: do século XVI às sucessivas muralhas no tempo da Vila.

Às margens do canal de Santa Cruz, localizada na porção sul da Ilha de Itamaracá, sobre uma colina de onde se pode avistar boa parte da Ilha e, sobretudo o oceano atlântico em toda sua imensidão e sublime profundidade que guarda segredos de uma vida material e de um imaginário que está além das nossas expectativas. É deste material que se alimenta de vida dinâmica a

Vila de Nossa Senhora da Conceição como foi batizada inicialmente, depois Vila Schopp e já no século XX, Vila Velha de Itamaracá.

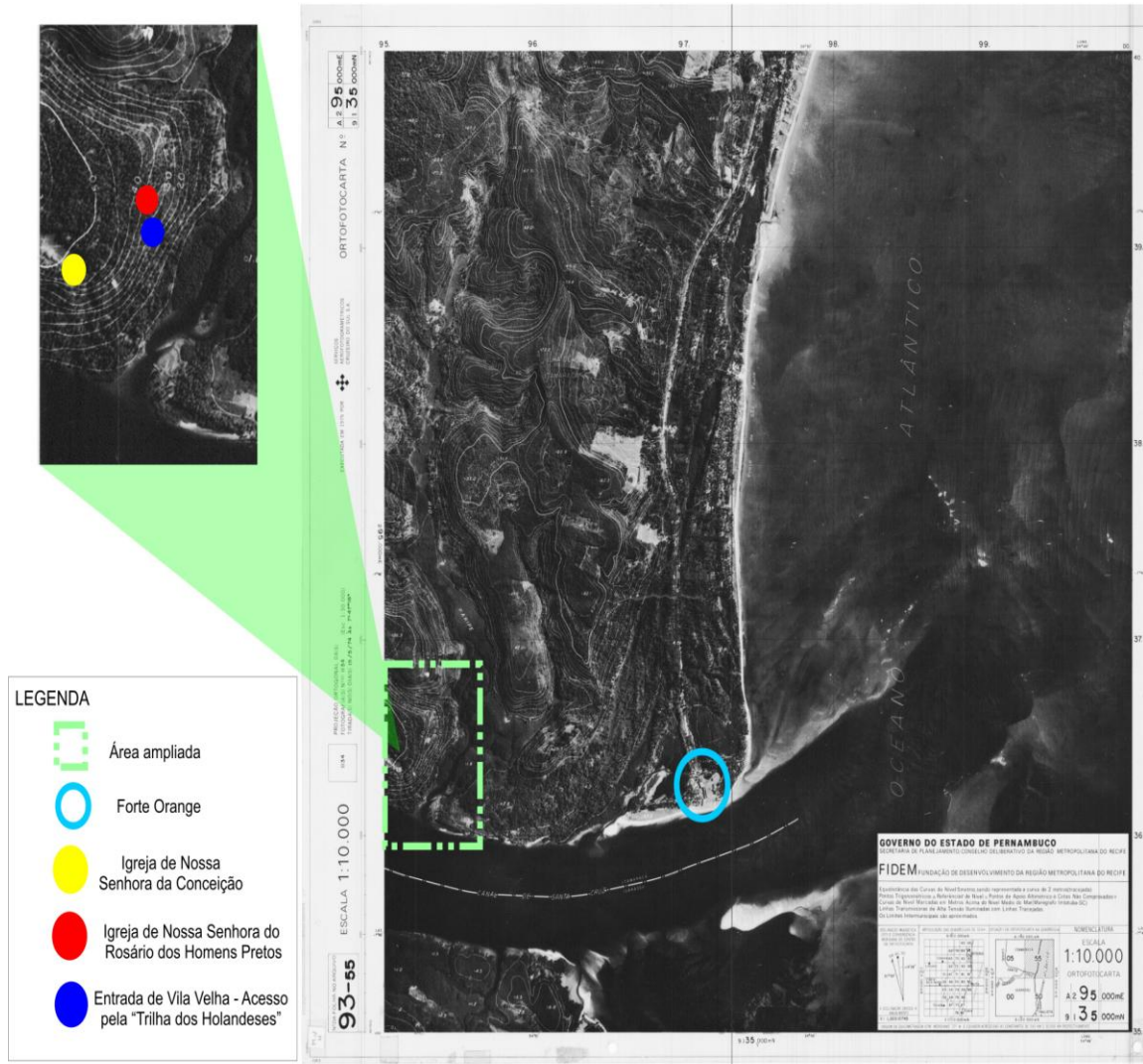
Esta pequena porção do nordeste do Brasil está sendo nosso espaço de estudo científico por cinco anos, pelos quais passamos por iniciação científica¹, monografia² e agora apresentamos esta dissertação. A jornada de entendimento da Vila Velha e da própria Ilha de Itamaracá começou por identificar os patrimônios nela contidos, eleitos e reconhecidos, feito isso por um trabalho de contextualização histórica e agora ancoramos no porto das análises discursivas que constroem um ambiente patrimonial para além das vivências culturais e sociais.

Neste sentido estabelecemos o entendimento de que a história e o patrimônio da Vila se construíram em favor de um conjunto de discursos políticos e de narrativas diferenciadas que foram tomando corpo, sobretudo, ao longo do século XX e que culminaram na eleição de determinados bens patrimoniais. Estes por sua vez passam a relacionar boa parte do contexto identitário da Vila e marca de forma contundente a memória de seus moradores.

¹ Título dos projetos de Pic e PIBIC

² Referência da monografia

Figura 01: Ortofotocarta da Ilha de Itamaracá com destaque para o perímetro da Vila Velha



Observamos ainda que estas marcas definem também dois tipos distintos e reflexivos de narrativa, como percebido a partir dos relatos orais coletados ao longo da pesquisa. Em primeiro lugar uma narrativa interna, construída pelos moradores e que dão conta de uma história e patrimônio ligadas as suas diversas origens culturais. E uma memória externa ou institucional, que é produzida e difundida pelos órgãos patrimoniais municipais e estaduais e que contam uma história do patrimônio intimamente relacionada à presença holandesa na Ilha de Itamaracá.

Neste momento do texto buscamos entender a partir da historiografia produzida até então sobre a Ilha de Itamaracá direta ou indiretamente, neste caso consultamos historiografia relativa às capitanias de Pernambuco e da Paraíba, a história cronológica e a sucessão de eventos que inscrevem e produzem o aparato patrimonial em sua relação com a memória dos moradores da Vila, que é de fato o nosso objeto de estudo.

Fazemos então uma jornada de recuo no tempo partindo da ocupação do território como feitoria concedida ao jovem nobre português Cristovão Jacques e por todo o conturbado e abandonado século XVI até os recentes dias do século XXI onde os patrimônios da Vila e sua memória estão sendo reelaborados a partir de uma perspectiva objetivamente ligada ao turismo local.

Nosso objetivo aqui então, não perpassa as análises profundas, pois a história da Vila Velha e da Ilha de Itamaracá surgem neste texto como a base de uma discussão mais ampla acerca dos usos feitos da mesma ao longo dos séculos. Acentuando-se que até então não temos uma obra historiográfica preocupada em fazer o registro cronológico e extensivo desta porção atlântica de terra, pois ainda que nos referenciamos ao historiador e geográfico Manuel Correia de Andrade, como recurso historiográfico mais contundente, muitos eventos foram tratados de forma suave pelo cientista que tinha por objetivo explorar determinados assuntos em detrimento de outros. Como na verdade fazemos todos nós historiadores, ao selecionar o nosso objeto de estudo.

De fato este primeiro capítulo serve como farol sobre a sucessão de fatos históricos pelo qual se elaborou o contexto da Ilha, e por este motivo se

vê fundamental para o seguimento do nosso tema, uma vez que situa o leitor e estabelece o lugar narrativo de cada patrimônio em nossa análise.

1.2 Os primeiros passos da Vila: Portugueses à vista

O primeiro grupo de portugueses a aportar na então Feitoria de Cristovão Jaques, fundada em 1515, tempo em que esteve sob a vigilância das viagens de cabotagem que percorriam a costa. Chegando pelo canal de Santa Cruz e em banco de areia em suas margens estabeleceu-se o marco de pedra demarcando os limites da nova feitoria. (colocar referência identificando estes limites).

Atualmente o marco encontra-se no museu do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco junto com outros importantes documentos referentes à história de Itamaracá, figurando possivelmente o mais importante acervo sobre a história da Ilha.

Com a instituição das Capitânicas Hereditárias para o Brasil, a partir da necessidade da Coroa Portuguesa ocupar o território que vinha sendo alvo de sucessivos ataques e de intenso comércio ultramarino, sobretudo efetuado por Franceses. Inclusive na Ilha de Itamaracá, onde estes faziam comércio com os índios caetés que ocupavam largamente a Ilha no período.³

A ocupação portuguesa da Ilha coube à administração de Pero Lopes de Souza, português de origem nobre, aventureiro que ganhou mais três possessões nas terras recém descobertas e de fato não se interessou por nenhuma, deixando o trabalho para familiares gerando inúmeras disputas.

³ Esta é mais uma das histórias sobre a Ilha de Itamaracá que precisa ser contada, que devido à pequena quantidade de documento até então acessível tem afastado os poucos historiadores que atualmente se debruçam sobre este lugar de observação historiográfico. A relação entre os franceses e caetés foi profícuo e pode ter durado mesmo após a instituição das Capitânicas Hereditárias, quando a dominação portuguesa era frágil e os locais de atracagem na Ilha eram muitos e desconhecidos dos lusos. É um interessante e relevante objeto de pesquisa para quem quer se aventurar nos descaminhos do não dito dos arquivos.

Como consta da doação, este teve direito de escolher as valiosas porções de terra, fazendo isso a partir de seu vasto conhecimento do potencial da costa brasileira.

...Pero Lopes, fidalgo da minha casa, e aos serviços que me tem feito (...) hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê, como de feito por essa presente carta, faço mercê e irrevogável doação, entre vivos valedora deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, que a apoz lhe vierem (...), segundo adiante irá declarado de 80 léguas de terra na dita costa do Brazil, repartidas nessa maneira: 40 léguas que começaram de 12 léguas ao sul da ilha da Cananéia, e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 28 grãos e um terço, e na dita altura se porá o padrão, e se lançará um linha que se corra a loeste: e 10 léguas que começaram do rio do Curpare, e acabarão no rio de São Vicente (...) e as 30 léguas que falecem, começaram no rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá, ao qual rio eu ora puz - Rio da Santa Cruz - e acabarão na bahia da Traição, que está em altura de 6 grãos, (...) e será sua a dita Ilha de Itamaracá, e toda a mais parte do dito rio da Santa Cruz que vai ao norte (...) Manoel da Costa a fez em Évora a 21 dias do mez de janeiro de 1535.⁴

Apesar de ter escolhida a Ilha de Itamaracá como um de seus domínios não estava nos planos do jovem português se instalar nas novas terras, estando na Ilha apenas de visita ao longo dos anos e posteriormente delegando a familiares o seu território. Não lhe interessava estabelecer moradia em nenhuma das suas possessões, mais ao sul junto ao irmão, não enquanto havia muito ainda por se explorar, sobretudo, na Índia.

Como Pero Lopes havia já andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que a outros, e

⁴ Carta de Doação de Dom João Rei de Portugal a Pero Lopes de Souza in Fernandes Gama. P. 105 a 111.

não tomou todas as suas 50 léguas juntas, senão 25 em Itamaracá... e outras 25 em São Vicente, que se demarcaram e confrontaram com as terras da capitania de seu irmão Martim Afonso de Souza. (...)
(VICENTE, 2009. P. 74)

O século XVI para o domínio português foi ainda marcado pela intensa relação entre as recentes constituídas Capitanias de Itamaracá e a sua vizinha Capitania de Pernambuco. Disputa esta que ora foi por território, ora por controle econômico que no final se estabeleciam no campo político. Enquanto em Itamaracá o donatário era o ausente Pero Lopes de Souza em Pernambuco, o cargo coube ao diligente administrador Duarte Coelho, que fez prosperar rapidamente a Capitania dos açúcares.

Diante do conjunto de riquezas de Pernambuco, Itamaracá não deveria fazer concorrência, entretanto, sem um governador forte em sua Capitania, Pernambuco ansiava por anexar cada vez mais territórios já que o espaço geográfico da Capitania não se restringia a Ilha mais se alargava por boa parte do território continental.

Na capitania de Itamaracá, está documentada e ainda podemos observar vestígios arqueológicos da existência de doze engenhos produtores de açúcar já no século XVI, dentre os quais temos a evidência de dois localizados na Ilha⁵, o engenho São João e o Amparo, que produziram em larga escala no período compreendido entre os séculos XVI e XVII, sendo responsáveis por boa parte da receita contabilizada nos cofres da capitania. Mas, como nem só de açúcar vivia o Brasil, na Ilha se comercializa também algodão, frutas tropicais, Pau-Brasil, dentre outras madeiras, animais silvestres e como não poderia deixar de ser, mão-de-obra, que poderia ser ameríndia, das tribos que povoavam a ilha, e africana, dos traslados marítimos e da produção interna, fruto dos negros estabelecidos nos engenhos da ilha.

⁵ O registro destes bens materiais foi realizado durante as pesquisas arqueológicas decorrentes de projeto de iniciação científica já citado neste texto.

Neste sentido o interesse de Pernambuco na Capitania de Itamaracá ultrapassava as divisões territoriais, estava sobretudo, ligado aos víveres tão preciosos e muitas vezes escassos no continente, como por exemplo a água potável. A historiadora Regina Célia Gonçalves nos conta que a administração que mais resistência enfrentou em relação à Capitania de Pernambuco foi a do Governador Francisco Braga, sendo inclusive ameaçado de morte por algumas vezes como conta de documentação também recolhida por Vicente, como relacionado no trecho abaixo:

Como o capitão Francisco Braga sabia falar a língua do gentio e era tão conhecido entre eles, não faziam senão o que ele queria e lhes mandava, e assim se ia esta capitania povoando com muita facilidade, mas chegou neste tempo Duarte Coelho a povoar a sua, e como fez a povoação nos marcos, foi muita vizinhança causa de terem algumas diferenças, por fim das quais lhe mandou Duarte Coelho dar uma cutilada pelo rosto, e o capitão, vendo que não podia vingar, se embarcou para as Índias de Castella, levando tudo o que pôde. (VICENTE, 2009. P.97)

Francisco Braga não resistiu por muito tempo e em 1540 passou a administração da Capitania de Itamaracá para João Gonçalves que só teve início oito anos após a sua nomeação, 1548, pois o mesmo fez uma parada na Ilha de São Domingos no Haiti, para fazer reparos em sua embarcação. Deixando durante estes anos membros de sua armada sobre o controle da Capitania.

O governo de João Gonçalves foi chamado por Frei Vicente Salvador⁶ de “era dourada” da Ilha de Itamaracá, devendo-se este título a vários fatores, tais como uma estruturação das funções públicas na Capitania, que lograva à função de capitão-mor, também a de almoxarife e de feitor régio, centralizando o poder no território da capitania e dificultando a ação dos tão repudiados por

⁶ VICENTE, do Salvador, Frei. Historia do Brazil. 1ª edição (2007) 1ª reimpressão – Curitiba: Juruá, 2009. P. 98

Duarte Coelho, traficantes de pau-brasil. Foi também João Gonçalves quem elevou a condição de Vila a povoação de Nossa Senhora da Conceição.

Devemos considerar ainda sobre a administração do capitão João Gonçalves, a questão do controle dos indígenas de Pernambuco, os caetés, ficando apenas a porção mais ao norte da Capitania fora do controle, posto que dominada pelos potiguares que tinham a muito tempo forte relação com os franceses. Os conflitos contra os Potiguares resultaram na criação da Capitania Real da Paraíba, tomando boa parte da terra que os sucessivos governadores de Itamaracá não conseguiram povoar, nem muito menos fazer prosperar e entregando aos colonos portugueses para a nova jurisdição administrativa acima do rio Paraíba no ano de 1585, assim como consta no Diálogo das Grandezas do Brasil⁷.

É importante observar que como dito anteriormente, mesmo os oito anos entre o governo de Francisco Braga e de João Gonçalves os territórios da Ilha estavam em sua maioria pouco habitada. Os moradores se estabeleciam sobretudo, na Vila de Nossa Senhora da Conceição e estes não passavam no século XVI de 100 famílias, contando os oficiais e funcionários da Coroa. E no que diz respeito ao continente a situação era ainda mais difícil, pois com a administração da Capitania sendo na Vila, os olhares da Coroa ficavam ainda mais distantes das propriedades que abrangiam os atuais municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana até o território que hoje pertence ao estado da Paraíba, na margem esquerda do rio Paraíba.

A partir da constituição da Capitania Real da Paraíba a ocupação do território da Capitania de Itamaracá ficou restrita aos limites da Ilha e a sua administração ficou ainda mais comprometida, devido ao relativo isolamento posto a condição de ilha, ficando apenas de acesso ao continente os muitos rios que cortam a região como afluentes do Canal de Santa Cruz e mesmo do rio Paraíba

O fato é que este “isolamento” de Itamaracá possibilitou uma expressiva expansão do território e do controle de Pernambuco, que passou a expandir os

⁷ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das Grandezas do Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

seus núcleos de povoamento para além de Olinda e Igarassu, alcançando o rio Tracunhaém, ao longo do curso do rio Goiana e ocupando o Capibaribe-Mirim, todos provenientes do território continental da Capitania de Itamaracá.

A Capitania de Itamaracá ficara reduzida a menos de um terço do seu território, Limitando-se a sete léguas da costa, do Canal de Santa Cruz, ao sul do rio Itaperobu, Ao norte, enquanto a porção deste rio, se estendendo por 23 léguas de costa até o rio Garaú, passou a pertencer a nova Capitania. (ANDRADE, 1999. P.71)

As disputas pelos territórios da Ilha vão perdurar durante todo o final do século XVI e ficarão em suspenso durante a primeira metade do século XVII, quando a ocupação holandesa vai criar um outro alvo de preocupação da administração das Capitânicas do Norte do Brasil, sobretudo de Itamaracá. Mais é importante ressaltar ainda que após a expulsão holandesa estes conflitos vão voltar a estabelecer disputa e serão intensificados pela crise pós holandeses e pela necessidade de re-estruturação dos territórios das Capitânicas, marcando o principal tema do século XVIII e XIX para a Ilha de Itamaracá.

1.2 A presença holandesa e o início de outra história

Desembarcando em uma praia de areia branca e águas cristalinas, caminhando por alguns minutos ultrapassamos uma ponte de base de pedra e elevado de madeira sobre um rio com nome legado pelos primeiros habitantes destas terras, Paripé. Uma ladeira de pedra ladeada pela vegetação de mata atlântica se apresenta logo à frente, ela tem curvas e uma inclinação de tirar o fôlego daqueles que se aventuram a subir. Ao chegar ao topo visualizamos já as primeiras casas à direita, e à esquerda

perdida no meio da vegetação as ruínas de um pequena capela com um cemitério anexo aos fundos.

Seguindo a caminhada nos deparamos com um pelourinho já a muito sem o significado original, à frente dele se apresenta uma larga praça rodeada por casas pequenas e ladeada a esquerda por uma imponente Igreja Católica, legada à Nossa Senhora da Conceição, se caminharmos em direção a Igreja teremos uma vista do canal de Santa Cruz a extensão de água que divide a Ilha de Itamaracá do Continente Sul Americano, na extensão de litoral que faz parte do território brasileiro.

Voltando ao centro da Praça podemos continuar a nossa caminhada em sentido oposto ao que entramos neste povoamento e chegar a uma pequena elevação bem à frente do primeiro marco com o qual nos deparamos no início da caminhada, neste ponto podemos visualizar toda a extensão da pequena vila, que outrora fora chamada Vila Nossa Senhora da Conceição e que neste ano de 2014 é conhecida por Vila Velha de Itamaracá.

Estamos falando de uma vila pequena em dimensão, mas, que encerra a pluralidade no interior de suas bem construídas muralhas, na imponência da Igreja Católica que consagra Nossa Senhora como Padroeira, de onde se estendem ruas de pedra e barro, de caminhos ora largos e horizontais, ora estreitos e de uma verticalidade sinuosa, por onde passaram e ainda passam animais e uma gente que é fruto de tudo isso que podemos observar a olho nu e daquilo que só podemos desconfiar a guisa de uma sutil imaginação.

Figura 02: Ponte sob o Rio Paripe, entrada de Vila Velha - Itamaracá



Figura 03: Vista do plano urbano principal da Vila Velha de Itamaracá



Figura 04: Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – Vila Velha, Itamaracá.



Figura 04: Pelourinho na entrada da Vila Velha, através da Ponte sob o rio Paripe



Figura 04: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



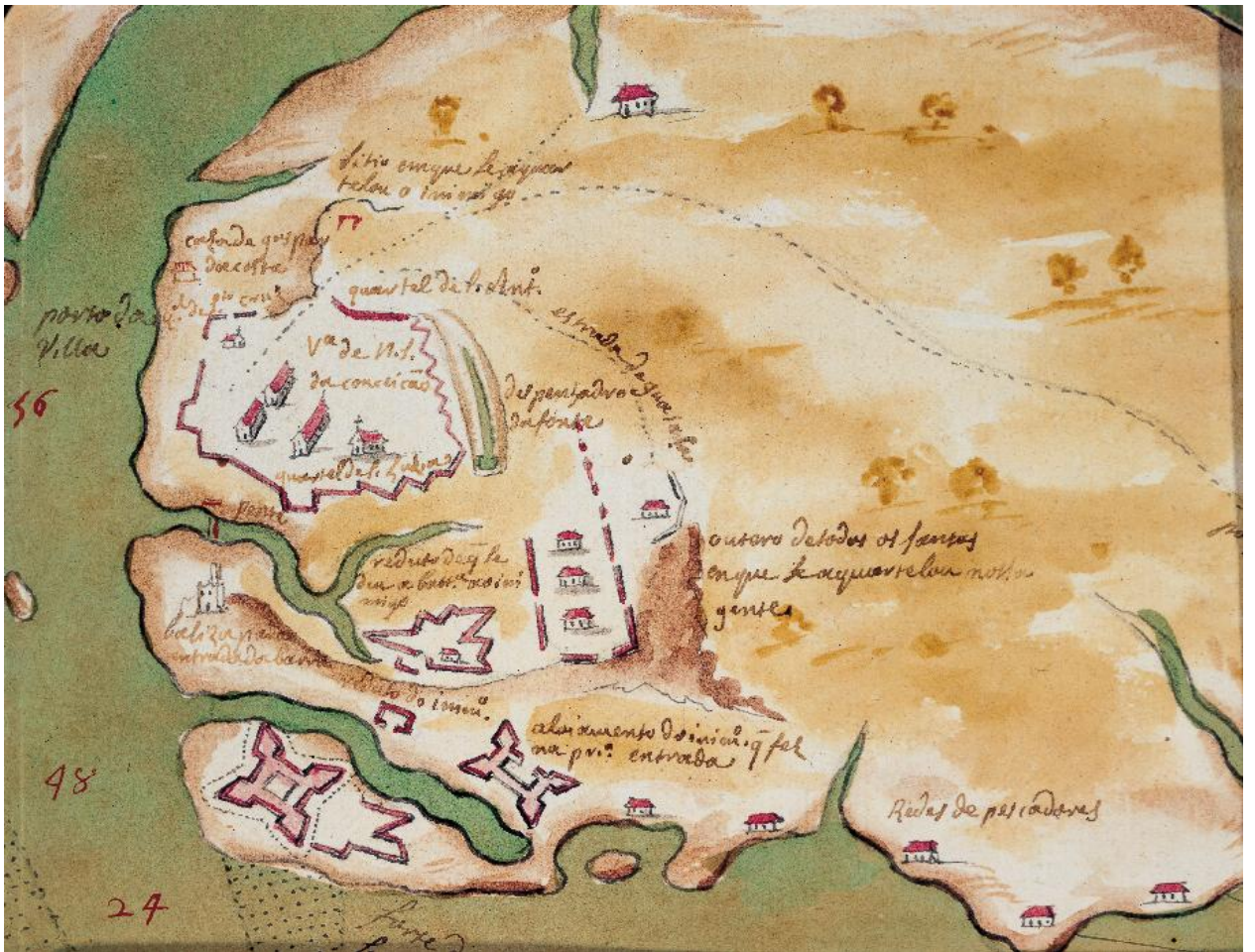
Ficamos com esta imagem que pode muito bem ter sido a que os holandeses divisaram ao atracar na vila no mês de Março do ano de 1632, onde se estabeleceram e tomaram parte do aparato administrativo e de defesa que já existia e era controlado pelos portugueses, passaram a chamar a vila de Schoppe, em homenagem ao comandante das tropas que ocuparam a vila Sigismundo Schoppe.

Gaspar Barlaeus nos dá indícios da importância da manutenção do controle sobre a vila e em seu: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*⁸, tanto na descrição em linhas gerais da ilha quanto nas inúmeras iconografias recolhidas que nos dão uma idéia do que seria a vila, estabelecendo este texto como um dos poucos com material preciso sobre os aspectos físicos da localidade no século XVII com o qual tivemos contato.

O traçado urbanístico mantém-se preservado, um pátio em forma de L que se abre a partir da igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde alternavam-se moradias, prédios públicos e locais de comércio. Para além dele a Casa de Câmara e Cadeia e mais distante ainda, longe dos olhares curiosos e receosos a Igreja da Misericórdia. Tudo isto protegido por uma imponente muralha. Como evidencia a iconografia abaixo.

Neste desenho artístico onde configuram-se proporções exageradas e que servia como referencial dos principais pontos de uma localidade, podemos divisar ainda para a Ilha a presença de duas fortificações e de um fortim, sendo que apenas um destes foi reconstruído pelos portugueses, o Forte Orange.

⁸ Neste trabalho analisamos algumas das principais iconografias produzidas no século XVII e recolhidas nas obras de Barlaeus, as quais serão problematizadas durante o texto.

Figura 01⁹

⁹ REIS, Nestor Goulart. *Imagens do Brasil colonial*. (PE38Ab).

Ao trabalharmos com exemplares iconográficos ou cartográficos como o acima observado, o que se faz de fundamental importância para o nosso objeto e para o período que ora nos debruçamos pois, estes nos legam preciosas informações sobre a Ilha sob o ponto de vista holandês que muitas vezes não figuram nos documentos escritos.

Entretanto, devemos considerar algumas questões, sobretudo por tratar-se de uma fonte valiosa para um objeto que considera sobremaneira, os marcos geográficos e monumentais do território, como é o caso deste trabalho. É importante observar, portanto, que uma iconografia como esta é muito provavelmente uma cópia, mas, como bem salienta o historiador Joaquim Romero Magalhães: “o bom cartógrafo é um copista. Limita-se a copiar o já averiguado e a acrescentar o que de novo foi observado e os que vierem depois farão o mesmo. pelo que se reconstituem verdadeiras genealogias que indicam as etapas de uma caminhada do saber geográfico.”¹⁰

Esta iconografia em que se retrata a vila durante a ocupação holandesa recolhida do livro *Imagens do Brasil colonial*, nos dá uma boa ideia dos espaços e utilizações ou re-utilizações feitas das estruturas quando da ocupação pelos holandeses deste território, o que antes de 1632 era uma igreja agora passa a ser um alojamento ou local de vigilância, o que era a Igreja da Misericórdia pode muito bem ter se tornado um quartel.

A vila que antes desempenhava um papel administrativo frente à capitania, agora é mais um dos muitos locais de controle estratégico da nova colonização imposta pelos membros do Conselho dos XIX, adquire caráter político-militar e muda quase que definitivamente o foco da ilha, desenhando uma história voltada para os grandes feitos e generalizante que marginaliza toda a contribuição externa ao contexto holandês, mesmo que temporalmente nele inserido, todavia este é um assunto para mais tarde.

¹⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. P. 36

Por ora falemos sobre outro traço fundamental para a composição espacial e imaginária da vila que é a muralha, que encontra-se presente também nas iconografias e é citada em alguns poucos manuscritos, desperta bastante interesse por significar poder, vigilância e isolamento para seus habitantes.

Ainda sobre a muralha podemos dizer que além ser um elemento de defesa, que funcionava como um forte resguardando não só a vila mais toda a porção sul da ilha, uma importante entrada para o continente. Ainda por ser símbolo de poder que protege, mantém sob controle uma população e pode muito bem isolá-la do resto do mundo. Não sabemos em que medida esta estrutura pode ter afetado as relações cotidianas que tanto nos interessam lá no século XVII, mas podemos dizer que até pouco tempo, no presente, e mesmo sem muralha a vila esteve esquecida, e não falamos só da história mas da própria comunidade que com muito esforço conseguiu canalizar suas atividades econômicas para o turismo histórico e mesmo assim com bem poucas possibilidades de narrativa.

Um pouco à margem da organização da vila-forte e já um pouco dissociada do contexto holandês estão as estruturas da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e o cemitério da vila conhecido como cemitério dos holandeses, ambos, segundo os moradores¹¹, remanescentes do século XVII. A igreja foi só recentemente reformada, quer dizer, foi feita uma estabilização de suas estruturas, tardiamente, devemos dizer, visto que seu valor histórico para a vila e para a ordem do Rosário dos Homens Pretos está praticamente esquecido.

Como é sabido, antes da chegada dos holandeses ao norte do Brasil, os flamengos já haviam estabelecido inúmeras relações comerciais ligadas a produção açucareira, mais o processo de ocupação também tem fatores políticos que estão muito mais relacionados à Europa do que à colônia brasileira que só vai sentir o reflexo disso tardiamente.

¹¹ Coletamos fontes orais atuais (entre os anos de 2006 e 2014) na forma de entrevistas abertas e semi-abertas com moradores da vila, principalmente membros da associação de idosos, os quais nos legaram memórias fascinantes sobre este nosso objeto. Estas fontes estarão presentes em grande parte deste trabalho, sendo seu principal referencial de discussão.

Quando da morte do infante D. Henrique em 1580, inicia-se em Portugal um período de disputas sucessórias, tendo em vista não haver um herdeiro direto ao trono luso. A estratégica união entre Espanha e Portugal sob o nome de Felipe II vai elaborar um cenário diferenciado para a Europa, contribuindo para o acirramento de antigos conflitos, que é o ponto em que os holandeses se preparam para estabelecer o seu poderio econômico assumindo a colônia brasileira como mecanismo para atingir a antiga inimiga Espanha.

A criação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), seguindo os parâmetros da Companhia das Índias Orientais, em 1621, dará as ferramentas financeiras necessárias e o apoio mercantil fundamental para a ocupação da colônia portuguesa no atlântico. Além do mais, como elabora Evaldo Cabral, os holandeses não possuíam apenas os meios financeiros e apoio político, eles conheciam muito bem a costa brasileira e desde os planos iniciais o seu destino eram as Capitanias do Norte do Brasil, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba.

Nas Províncias Unidas, conhecia-se mesmo, graças à relação elaborada por certo José Israel da Costa, a produção de açúcar branco e retame de cada uma das fábricas existentes em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba. Eles dispunham igualmente do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, redigido pelo sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, de ordem de Felipe IV; e dos próprios *Diálogos das grandezas do Brasil...*toda uma literatura náutica da lavra de pilotos e marinheiros holandeses e portugueses estava ao alcance da WIC, que tinha como um de seus diretores o geógrafo antuerpiano Johan de Laet. (MELLO, 2010)

Ao nos familiarizarmos com a presença holandesa no Norte do Brasil e dentre as literaturas consultadas a que melhor nos aproxima deste contexto é a

encontrada na obra do historiador *José Antônio Gonçalves de Mello, Tempo dos Flamengos*, que mais do que descrever os fatos relativos à ocupação demonstrou enorme sensibilidade no trato do tema que jamais foi lido como por ele.

Desta historiografia não vamos nos deter sobre as minúcias da administração de Nassau ou a da relação estabelecida entre a comunidade judaica e os novos moradores da Capitania de Pernambuco, posto que este recorte para Itamaracá já foi elaborado acima, e também por que este texto se pretende um observador das narrativas construídas em relação ao nosso objeto. O que significa dizer que o que nos interessa são as circunstâncias da escrita deste livro, as quais extraímos, não da obra em si, mas, de seus preâmbulos, apresentações feitas por pesquisadores sérios e que em suas considerações deixaram marca não só do lugar social em que se coloca José Antônio Gonçalves de Mello, mas de um imaginário que sempre povoou a memória dos tempos flamengos.

Por isso poderíamos falar de verdades historiográficas e vestígios de memória, ingredientes difíceis de lidar, mas, interessantíssimos para a análise que nos propusemos encarar. O relato escolhido está contido na terceira edição do livro, publicada em 1987, cujo prefácio foi escrito por Gilberto Freire, em maio de 1944, seria este, um dos primeiros comentários acerca da obra. O qual dá conta de significar sua magnitude no cenário histórico-sociológico da época.

Gilberto Freire, um dos precursores deste jeito novo de fazer história, uma história que se interessa pela cultura, chama a atenção em seu texto para o imaginário em que circulavam as ideias, os causos referentes ao período em que os holandeses estiverem em nossas terras, como um tempo saudoso do moderno, da arte, da ciência, onde o espírito de liberdade foi o legado e forjou aquilo que somos hoje, nossa identidade. "... nos parece agora com um livro de quem na meninice se deixou fascinar pelo que há de lendário, de romântico, de

misterioso nas sugestões da frase do povo do norte do Brasil: tempo dos flamengos.”¹²

Este é um indício do que encontramos na leitura, uma impressão apaixonada que ajudou a construir para a historiografia em geral um tipo de mito em relação aos holandeses, que os tornou praticamente intocáveis, quem ousaria negligenciar sua influência, sobre os diversos aspectos da cultura pernambucana? Pois é, também não vamos fazer isto, o que faremos é problematizar, por exemplo, se as mudanças sofridas na Ilha de Itamaracá, em Vila Conceição são tão agressivas assim, ao ponto de se figurar apenas está memória para o século XVII, apenas o tempo dos flamengos para a historiografia.

Que lugar de análise é este que não aceita outras histórias? Ou será que a construção do discurso da fantástica presença holandesa, colocado em pauta no início do século XX, pelos intelectuais que como sugere Durval Muniz¹³ foram responsáveis por uma identidade do Nordeste, e, sobretudo, do que é ser pernambucano, a partir do legado da cultura holandesa e do momento de nascimento ou re-nascimento de um povo subjugado, na Batalha dos Guararapes?

É claro que como bem disse Freire, José Antônio Gonsalves de Mello estava contagiado por um espírito de época, por uma necessidade que não era simplesmente individual era fruto de um imaginário coletivo que no contexto de construção identitária do Estado elencou os holandeses como um povo originário. Era a história que se queria ouvir e a qual era impossível não se escrever, felizmente foi um historiador competente e comprometido com o trabalho científico quem o fez.

Só nos questionamos sobre a necessidade ainda atual de legitimar este discurso, de enxergar além das grandes obras públicas do Recife, perceber as

¹² Mello, 1987. P. 17.

¹³ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

mudanças ocorridas no interior das pequenas comunidades tocadas pela mão da Companhia das Índias Ocidentais, porque não podemos perder de vista que os holandeses vieram em nome dela, financiados por ela, o que significa dizer que muitos eram os interesses depositados nesta ocupação e que os mitológicos holandeses estavam apenas na superfície desta trama.

Parece toda vez que a gente é feito do que os holandeses deixaram. Todo mundo é parente de holandês e na verdade ninguém é, mesmo os que tem Lopes no nome, não tem nada de diferente dos outros. (R.M.L. 75 anos. Morador de Vila Velha. Fonte: Reg. 13, Maio de 2007)

Adiciona-se a esta problemática a história contada por Manuel Correia de Andrade em sua obra *Itamaracá: uma Capitania Frustrada*, que estabelece o contexto sócio-político da Ilha e de sua extensão sobre o continente, analisando os aspectos que legaram a ela um lugar menor frente às outras capitanias. Ele vem nos contar que alguns motivos frustraram os investimentos dos portugueses, como por exemplo, o fato de o seu donatário nunca ter pisado na ilha, o que de acordo com historiografia mais recente e documentos apresentados neste texto não se confirmam, e principalmente ao fato de suas características naturais dificultarem a comunicação entre a mesma e o resto da colônia.

Sabendo da existência de um porto oficial localizado, ao que tudo indica e as pesquisas arqueológicas darão conta de revelar, próximo ao canal de Santa Cruz, demonstrando que a ilha poderia ser um dos primeiros destinos dos navios que se dirigiam aos demais portos brasileiros, ainda que o objetivo fosse apenas uma parada para abastecer, fazer reparos, conseguir tripulação, na ida ou na volta era uma parada bastante possível.

Antigamente dava pra gente ver que tinha espaço pra barco grande, agora tá tudo assoreado. A gente sobrevive da pesca e de catar carangueijo, então sempre encontra coisas dos holandeses. Moedas, pedaço de cachimbo, uns caco de cerâmica. Isso podia ser dos navio que chegava aqui, por que o rio era muito fundo...(M. F., 62 anos. Fonte: Reg. 05. Abril de 2007)

Além do mais a produção dos engenhos de açúcar era escoada de alguma forma e ainda podemos apontar o fato de a sede administrativa da Capitania de Itamaracá estar localizada na Ilha, justamente Vila Nossa Senhora da Conceição, quando poderia situar-se no continente. Estas escolhas não foram aleatórias e devem ser consideradas, antes de condenarmos a capitania ao fracasso total.

E mais uma vez os holandeses são referencial, agora legitimando nosso discurso, afinal se não fosse considerável a influência da vila para a capitania por que eles haveriam de se estabelecer ali, somente por uma questão estratégica? Resta-nos indagar das fontes escritas que outros atrativos a vila pôde oferecer aos holandeses que justificasse sua presença, para em um segundo momento observar as entrelinhas desta relação política, militar, cultural.

E Manuel Correia de Andrade é importante ainda por nos chamar a atenção para o descaso da historiografia em relação à ilha de Itamaracá de uma maneira geral. Seus monumentos até foram significados, o Forte Orange e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da hoje Vila Velha, são considerados patrimônios, mas sua importância está mais na ordem de atrativo turístico do que do bem cultural que representa, apesar dos trabalhos arqueológicos já realizados.

Possivelmente, o leitor já consegue entender o confronto que tentamos estabelecer entre aquele que fala dos holandeses e quem traz a história da Ilha

para o conhecimento geral, nossa tentativa de criar um elo entre o que já se sabe deste objeto repleto de materialidade e sutilezas e as problemáticas suscitadas, o que nos dá aparato para dar mais um passo em direção à investigação que nos propusemos, nos permite mergulhar nas ferramentas teórico-metodológicas cabíveis ao trato deste tema.

Estamos dizendo durante todo o texto que nosso objetivo é contar uma outra história da vila que compreenda perspectivas além das já postas e neste sentido nos interessa estabelecer um diálogo entre passado e presente, onde são considerados os patrimônios materiais e as estruturas mentais e é, pois, neste sentido que consideramos imprescindível considerar o complexo conceito de representações, tão utilizado pelos antropólogos. Todavia, tentaremos fazer isso numa perspectiva historiográfica, seguindo a orientação de Roger Chartier: “As representações coletivas interiorizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam ‘esquemas’ de percepção e de apreciação que informam sua ação, mas não constroem o próprio mundo social”.¹⁴

Isto significa dizer para nosso objeto que a presença holandesa em Vila Velha (Conceição, Schoppe), por exemplo, faz parte de uma articulação discursiva que foi sendo construída ao longo de séculos dentro de um contexto mais amplo que o da própria Ilha de Itamaracá, por que acabou fazendo parte do imaginário da ocupação que se construiu em todo o estado de Pernambuco.

E o que percebemos é que este imaginário dito homogêneo, em Vila Velha se apresenta e representa em tudo diverso, e apesar de este contato ser utilizado como sustentáculo econômico, fomentando o turismo, nossas leituras nos levam a crer que existe mais sutileza e que outros documentos podem ser legitimadores de um discurso diferente, nem melhor, nem mais verdadeiro apenas de uma outra perspectiva, que com certeza se revelará surpreendente.

¹⁴ Chartier, 1988. P. 68

Eu fico me perguntando por que ninguém fala da Capela da misericórdia, às vezes eu levo as pessoas lá, mostro a escavação que não terminou, os vestígios do lugar. Nunca nenhum órgão quis saber disso mais. O que eu acho é que é porque a igreja era dos portugueses e não tava sendo usada desde que os holandeses chegaram. Não tem nada a ver com os holandeses. Aí não interessa pro turismo. (L.S.L. 32 anos. Fonte: Reg. 21. Janeiro de 2009.).¹⁵

O que não podemos negar de antemão é que existe uma herança material e imaterial do contato entre os holandeses e os moradores de Vila Conceição, só temos que manter o foco na existência de outros elementos sociais neste caldo, de sociedades diversas, de culturas outras atuando nesta trama, e entender a partir disso como se construiu este imaginário holandês e como ele vem sendo perpetuado em uma memória institucional e interna, junto aos moradores da Vila Velha de Itamaracá.

Uma coisa é o seguinte: a gente sempre aprendeu que tudo na vila era herança dos holandeses. Que as pedras foram colocadas de um jeito holandês, que a igreja tem um monte de característica dos holandeses. E isso é o que a gente diz pros turistas, esta é a imagem que a gente aprendeu a passar. Hoje, os holandeses é tudo que sobrou pra gente de história e é o que continuamos a falar. (L.S.L. 32 anos. Fonte: Reg. 21. Janeiro de 2009).

¹⁵ O entrevistado foi condutor de turismo por cinco anos e participou do processo de educação patrimonial promovido pela FUNDARPE no início da década de 1990, após a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

A construção do imaginário holandês para Vila Velha é o principal referencial do nosso objeto de pesquisa, pois como bem disse o entrevistado, a Vila que vive do turismo se sustenta a partir das marcas desta herança holandesa que é observada em pequenas marcas, em vestígios materiais e em modificações feitas nos principais monumentos e patrimônios edificados da Vila. O que é importante ter em vista é que, por mais que as marcas da presença holandesa seja o sustentáculo econômico dos moradores da Vila, ela limita as possibilidades narrativas em relação à história da Ilha de Itamaracá.

Quando os holandeses foram eleitos como personagens principais desta história, os discursos construídos em seu nome edificaram também um imaginário para os moradores da Ilha onde deixou-se de ser considerado qualquer outro elemento cultural relevante. Não por falta de vestígios materiais ou de documentos históricos, mais por uma convenção institucional externa que determinou a história a ser contada e significada para a Vila e aqueles recebidos como visitantes.

Neste trabalho temos a dimensão de que o imaginário holandês ultrapassa e muito o território da Ilha, sendo como observado acima, muito possivelmente um elemento externo. Vemos em muitos dos relatos orais, uma preocupação em ampliar as possibilidades narrativas sobre a Vila para outros elementos como a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, a capela da Misericórdia, as fortificações, bem como seu sistema portuário e aos recém estudados, fornos da Cal, todos elementos importantes ligados a presença portuguesa.

Entretanto, este imaginário holandês, como começamos a discutir já neste texto, chegou à ilha como indicação institucional, o que nos leva a analisar o caminho percorrido pela consolidação dos bens patrimoniais da Vila Velha ao longo do século XX, caracterizando o nosso objeto de pesquisa por si mesmo. Mas, se tornou raiz discursiva da própria população, e apesar de haver aqueles que discutem a necessidade de refletir as outras heranças culturais, também mantém uma muito próxima relação com o passado holandês.

Este imaginário não é apenas refletido na Ilha de Itamaracá, talvez seja mesmo parte de um contexto que abrange o estado de Pernambuco, pois é

evidente o tom de elogio latente na fala dos Pernambucanos de uma maneira geral, mais, sobretudo, os do litoral onde os holandeses deixaram marcas mais profundas. É imensurável quando começou o fascínio pela presença holandesa, mais de fato, a fala dos pernambucanos sempre se remete saudosamente ao tempo não vivido em que os holandeses modernizaram, enriqueceram e valorizaram o estado a um nível somente visto na Europa.

Em primeiro lugar os cronistas das guerras do século XVII, podem ser os tributários do início desta saga memorial, quando se dedicaram a estabelecer as histórias da terra brasileira e de suas lutas de dominação e a narrar as suas versões da história testemunhada. *As Memórias diárias e a Nova Lusitânia (1630-1644)*, preocupa-se em relatar os aspectos da governança Nassoviana, bem como do período de resistência e de restauração¹⁶ e *História da Guerra de Pernambuco* (publicada no século XIX), de Diogo Lopes de Santiago, tratando da rendição holandesa e da vitória luso-brasileira com ares apaixonados de quem se vê muito envolvido com o sentimento geral.

Os intelectuais do século XX podem ter sido um contributo relevante na construção deste imaginário, espelhando o que a memória coletiva construía e/ou contribuindo para fomentar o fascínio. Como o Professor José Antônio Gonçalves de Mello, e também de obras como *O Brasil Holandês* de Evaldo Cabral de Mello, referência documental para o período e que se tornou peça chave para a difusão da documentação relativa ao período holandês.

Evaldo Cabral ainda produz outra obra de referência que mais do que apresentar os fatos que constroem a história holandesa em Pernambuco, problematiza a memória legada por esta presença. Em *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*¹⁷, o historiador conta de uma memória que evoca um sentimento de nativismo, posto que está pautada em dois momentos: se por um lado existe o elogio a presença holandesa e seus

¹⁶ Esta obra foi muito valiosa para o desenvolvimento desta pesquisa, tivemos acesso a uma versão digitalizada, em que estava organizada por pastas e por assunto. Apresentando ainda iconografias, relatos isolados, mapas cartográficos. Inúmeros documentos para além do texto completo.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de, 1936 –*Rubro Veio: O Imaginário da restauração pernambucana*. 3^o edição ver. – São Paulo: Alameda, 2008.

feitos, este acaba por construir o momento de retomada dos valores daqueles que conseguiram restabelecer a soberania do território.

Neste íterim ainda, estabelece uma direta relação entre um sentimento nativista, onde após a restauração as heranças culturais lusas precisam ser retomadas, inclusive em detrimento das poucas marcas holandesas. Não nos cabe portanto, questionar que memória foi a mais eficiente, mais estabelecer que ambas tem espaço neste imaginário pernambucano. E por que não dizer, estas duas memórias, holandesa e de retomada luso-brasileira se completam na medida de suas construções narrativas.

Ainda no que diz respeito aos holandeses, podemos perceber que mesmo nos dias atuais, nos deparamos com narrativas em diversos veículos de comunicação como também em literatura especializada em que o personagem mais relevante da história de Pernambuco é o colonizador flamengo. Estas baseando-se na crença de que o país teria sido de alguma forma melhor, social e economicamente, se os holandeses tivessem permanecido.

Nos museus do nosso estado, os holandeses se destacam, na literatura acadêmica o tema da presença holandesa nunca se esgota, sendo produzidos inúmeros textos científicos ligados a este contexto, já neste século XXI. Isso não pode ser explicado apenas pelo quantitativo de documentos disponíveis sobre a presença holandesa.

Mesmo porque como bem ressaltou Evaldo Cabral de Mello¹⁸, “os marcos luso-brasileiros da guerra contra o invasor tinham menos visibilidade, e em todo caso, exceção dos religiosos, não foram conservados, de vez que, situando-se no interior, caíram no abandono e no esquecimento, ao contrário das fortificações holandesas no Recife e no litoral.” (MELLO, p.36. 2008).

Não é difícil entender que a vila em sua história e memória é marcada pelo imaginário que se construiu da própria ilha e que as suas memórias, de fato, foram relegadas a um segundo plano que não é nem de longe conhecido, ao qual tentamos nos remeter neste trabalho.

¹⁸ Ibidem, p. 36.

O que fazemos aqui afinal é tentar entender como se edifica uma sociedade a partir de discursos externos e como podemos, enquanto historiadores, categorizar uma memória e identidade difusa como têm se revelado a de Vila Velha. O legado europeu a este “lugar” é a medida de suas relações comerciais, culturais, políticas, não significa toda a história da vila, e pode mesmo ser apenas o limiar.

Mais e quando os holandeses foram expulsos, qual é a história da Ilha de Itamaracá e da Vila Schoop, pós-ocupação flamenga? Precisamos incluir desde já uma reflexão sobre este período e re-construir o cenário da Ilha para esta historiografia.

A princípio a questão mais importante da retomada dos territórios pelos portugueses, diz respeito as disputas políticas e territoriais que se seguiram. Se por um lado como discutimos anteriormente a Vila de Nossa Senhora da Conceição havia sido para os Portugueses a sede da Capitania de Itamaracá, quando da ocupação holandesa, apesar de se cogitar, como posto por Barlaeus, a edificação do governo holandês na Ilha, isso de fato não foi feito.

A Ilha já enfrentava pressões dos pernambucanos para ocupação dos territórios no continente antes da ocupação holandesa. Territórios estes que serviriam para expandir a área de plantio da cana-de-açúcar. Os engenhos pernambucanos estavam cada vez mais produtivos e muitos deles acabaram por se estabelecer em territórios que inicialmente pertenciam a Capitania de Itamaracá.

Assim que os portugueses se viram em condições de reestabelecer os territórios, sobretudo dos engenhos, a elite da Vila de Nossa Senhora da Conceição, entrou em uma disputa política com a Vila de Goiana, disputa esta que vai perdurar durante o século XVIII e XIX e será definitiva para o esfacelamento do poder político e econômico da Vila e da Capitania de Itamaracá.

O historiador Rodrigo Ibson indica para este período de crise, pós ocupação holandesa uma problemática ligada a própria estrutura do poder colonial e de ruptura do sistema de capitanias hereditárias, no trabalho

intitulado *Debaixo de Pedra e Cal: As relações sócio-econômicas na Capitania de Itamaracá – 1654 a 1763*, o autor analisa justamente o período de crise e retomada do poder por parte da Coroa portuguesa e como esta re-organização política é decisiva para a elaboração do cenário sócio-econômico da Ilha e vai dar início a derrocada definitiva de seu poderio, mesmo após um período breve de economia sustentável, se assim podemos dizer.

Pensamos neste sentido que a elite de Itamaracá, a Ilha e a porção continental, sendo composta por militares e, sobretudo, Senhores de Engenho são importante elemento para a compreensão da rede de pequenas economias que defendemos ser possibilitada neste território. Sendo assim nos interessa entender, as suas motivações e formas de atuação a partir da qual traçamos um panorama sócio econômico que torna o quadro destas relações melhor inteligível.

Ao compreendermos a natureza da administração colonial portuguesa como posta para Itamaracá e o comportamento das elites que regem este poder na colônia, podemos analisar em que medida as pequenas produções interferiram e se tornaram possibilitadas por este aparato imperial, ou até mesmo questionar a sua aparente invisibilidade frente aos documentos oficiais. (IBSON, 2014, p. 62)

Esta invisibilidade documental a que se refere o autor acima citado é justamente um dos entraves para entender o período pós-ocupação. Os séculos XVIII e XIX indicam para a Ilha o esfacelamento de seu território e a perda do controle político para as então comarcas de Goiana e Igarassu, o que significa ainda que os documentos acabaram por se dispersarem e se encadearam junto a estes outros territórios, dificultando a compreensão do período por parte dos historiadores.

A partir deste momento Itamaracá vai perder o status de Capitania e os poucos benefícios que esta posição política acarretava. Veremos com a fala de Koster já no século XIX, que as marcas do império português na Vila já não passam disso, marcas de um passado distante. O próprio Henri Koster vai morar onde outrora havia sido a Casa de Câmara e Cadeia da poderosa Capitania de Itamaracá. Hoje nem mesmo as ruínas deste edifício sobreviveram.

Onde ficava a Casa de Câmara e Cadeia a gente não tem mais nada. Fizeram uma caixa d'água no lugar, só dá pra ver as bases da antiga construção que era tão importante para os portugueses. Em Igarassu ainda tem Casa de Câmara e em outros lugares. Não porque a nossa não sobreviveu. (A. S. S. 76 anos, Morador de Vila Velha. Reg. 15, Novembro de 2007).

Figura 03: Estrutura base da Casa de Câmara e Cadeia na Vila Velha de Itamaracá



Logo após a expulsão holandesa, 1654, a Ilha voltará para a tutela da coroa portuguesa e permanecerá até 1692, quando um novo donatário é reconhecido após um longo período de disputas sucessórias, Luís de Castro Ataíde e Souza, 6º Conde de Montessanto e Cascaes, que vai permanecer no cargo e cuja história está muito mais ligada ao controle da Capitania da Paraíba do que de Itamaracá.

Entretanto, para Manuel Correia de Andrade o fator definitivo para a derrocada da Capitania vai ser a ascensão de Goiana à categoria de Vila em detrimento da Vila de Nossa Senhora da Conceição. Também Goiana passa a ser um centro comercial e a receber em seu porto embarcações de médio porte

que tem ligação direta com as estradas para os engenhos que se localizam em seu entorno.

O rei, porém, foi sensível às reivindicações de Goiana e por carta de 15 de Janeiro de 1785, determinou que as autoridades judiciárias e a câmara de instalassem em Goiana, ficando na ilha apenas o capitão da vila e a tropa de infantaria que deveria permanecer na fortaleza, situada próxima à barra. (ANDRADE, 1999, p. 95)

A grande preocupação suscitada para a história da Ilha de Itamaracá durante os séculos XVIII e XIX diz respeito às mudanças de jurisdição e de poder político. Ao mesmo tempo em que isto ocorre e a crise econômica se instala, lembrando que a economia da ilha já era limitada a exportação de produtos tropicais e aos poucos engenhos de cana-de-açúcar. O que então se fará presente em termos de economia é a produção da Cal, que como indica Ibson já se fazia presente e relevante desde o XVII, mais que nos períodos de crise e de reconstrução inclusive do aparato arquitetônico vai ser o principal sustentáculo econômico da Ilha.

Apesar das questões postas acima e do cenário que se colocou para os longos anos de colonização portuguesa, de conflitos, e de disputas políticas locais a Vila de Nossa Senhora da Conceição perpassou um período de construção historiográfica em que estes fatores tão relevantes foram apenas suscitados e não encarados no esquema do espaço patrimonial, tanto que como veremos nos próximos capítulos os marcos de ocupação colonial portuguesa estão em sua maioria em ruínas ou já inexistentes, como é o caso da Casa de Câmara e Cadeia.

Como nosso trabalho pretendeu percorrer este longo caminho, dotando de sentido um a história até então confusa e dispersa para a Ilha de Itamaracá e a Vila Velha, chegamos agora ao século XX, o qual vai inaugurar uma outra perspectiva econômica para a Ilha de Itamaracá e também trazer um cenário

diferenciado para a política pernambucana, já que agora a Ilha será definitivamente incorporada

Junto as mudanças nos mais diversos âmbitos sofridos pela Ilha ao longo do século XX, o que mais nos interessa e que corresponde ao cerne da nossa discussão, é o novo caráter adquirido neste período, notadamente a partir da década de 1940, de espaço patrimonial e de recurso turístico para o Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO II: A instituição do Patrimônio na Ilha de Itamaracá

Nosso lugar de observação, como já mencionado, é a Vila Velha de Itamaracá, a partir da qual pretendemos entender os deslocamentos do tempo através da história e da memória que se construiu pelos moradores ao longo de séculos de povoamento e por instituições e renomados intelectuais que foram partícipes da construção de uma narrativa história e de uma memória que se perpetua através da oralidade como um elemento externo que ultrapassa o entendimento e os sentimentos daqueles que são tributários da mesma.

Nos cabe, então, problematizar a formação histórica e historiográfica, bem como seu reflexo na memória coletiva e individual dos moradores de Vila Velha, dos patrimônios que compõem o seu cenário urbano atual, caracterizado como um importante sítio histórico.

Neste sentido a análise do processo de eleição e caracterização do espaço histórico da vila, bem como a condução de narrativas historiográficas legitimadoras destes marcos patrimoniais devem ser objetos de nossas reflexões, a partir dos quais poderemos encarar as mudanças temporais que acompanharam o longo processo de patrimonialização efetuado no espaço histórico da Vila Velha.

Neste segundo capítulo discutiremos então, a utilização de imagens do passado da Vila, de marcas do ambiente geográfico e do contexto histórico construído por viajantes que divisaram as terras brasileiras e por cientistas que

registraram com apuro técnico as condições de vida nesta pequena ilha atlântica. Devemos considerar para esta problemática a reflexão sobre os conceitos de história, memória, patrimônio e de tempo histórico, ao que dota de sentido a nossa narrativa e valoriza a condução temática a que nos propomos, quando em um primeiro momento percorremos uma história cronológica e posteriormente apresentamos imagens como documentos desta história.

O outro foco condutor desta narrativa diz respeito ao entendimento da edificação teórica de um ambiente patrimonial para Vila Velha. O que significa dizer que a discussão a que incorremos no decorrer deste texto, tem um relevante caminho a percorrer neste capítulo, quando em um grande medida delinea quais são os espaços patrimoniais, visualizados nas imagens históricas referentes à Vila e quais são os aspectos elencados para representar esta história.

É importante ressaltar que o patrimônio da Vila tem como elemento catalisador a construção de um aparato turístico, cuja lógica é a herança holandesa. Bem, este é efetivamente o nosso mais relevante argumento dentro da pesquisa.

Quando iniciamos o processo de coleta de dados nos deparamos com uma infinidade de narrativas, como já foi dito, o que faltava ser conectado e que esperamos fazer durante o seguimento deste texto é que o cerne discursivo produzido para o patrimônio da Vila Velha e da Ilha de Itamaracá tem como fio condutor e sentido lógico a construção do aparelho turístico.

Este é o momento então, em que podemos estabelecer reflexões acerca da dinâmica dos incentivos financeiros neste sentido, os quais modificam a estrutura social da vila ao longo das últimas décadas do século XX, mais cujo plano já vinha sendo discutido ao longo do mesmo século.

O diferencial para a atuação governamental, como veremos, vai ser a atuação de estruturas financeiras e incentivadoras do turismo e da aplicação de legislação patrimonial. Ainda que, como observamos, muitas vezes estes dois aportes entrem em conflito de interesses, deixando a Vila em um longo processo de espera por importantes definições em defesa do seu patrimônio.

Lembrando que os diversos aspectos do tempo, até mesmo o tempo histórico se fazem como pressuposto para a nossa escrita e devem ser sempre considerados imagens para a condução desta narrativa, na medida em que o processo de patrimonialização da Vila enseja inúmeros degraus de tempo, de história e de memória e que subir ou descer estas escadarias apresentam resultados totalmente diferentes.

Devemos ainda ter em mente que o nosso tempo de escrita é o presente, e como tal se estabelece a partir de problemáticas deste tempo que se esvai na medida em que novas palavras se formam sob nossos dedos. Talvez devamos considerar que devido a fugacidade do presente, o tempo da nossa escrita seja o da memória deste presente, dos sentimentos e impressões que ele nos causa, posto que estes duram mais do que o presente metafísico que sentimos fluir tão rapidamente que quando nos damos conta já passou.

Se temos então um tempo da memória do presente, temos um tempo de sensações que são intermediadas por valores e experiências cotidianas. Neste sentido, carregamos para este texto também toda a nossa parcialidade que se apresenta desde a escolha do objeto até a definição de nosso arcabouço teórico metodológico. Começamos então com escolhas, as quais se fazem na apreensão deste tempo da memória do presente que pode se fazer histórico ou não, posto que é passível de tropeçar em um degrau e cair no esquecimento historiográfico.

Ao pensarmos a trajetória patrimonial encarada pela Vila Velha ao longo do século XX, necessitamos objetivamente submetê-la a indagações do âmbito da relação história-memória, como fez Sandra Pesavento em ensaio que discuti o papel da história na construção dos espaços patrimoniais. A historiadora reflete sobre o lugar dos centros urbanos na elaboração e significação dos tempos históricos e da construção da memória, ao indagar: “A memória é marca de historicidade, um testemunho. Como se daria este processo da cidade, definida como uma unidade de espaço e tempo, e onde nos propusemos a ver como a história se apropria da memória para recuperar traçados, vivências e materialidades?” (PESAVENTO, 2005; p. 12).

Nesta narrativa estas várias possibilidades são apresentadas, são avaliadas e re-avaliadas no entendimento do objeto que apresentamos e nas sensações que ele adquiri em nosso presente. Portanto, devemos lembrar ao leitor que temos um lugar de análise que é físico, posto que se inscreve no cenário urbano da Vila Velha de Itamaracá, enquanto conjunto de construções de valor histórico e arquitetônico, mas também que partimos para uma análise da memória sobre este bem, das vivências que se instauram em seu meio e do significado que adquiriram ao longo do tempo para a comunidade que se faz presente em seu entorno.

2.1 Uma história de Vila Velha: as imagens do passado

Nesta parte do texto utilizaremos imagens produzidas no século XVII, principalmente as recolhidas na obra *Imagens do Brasil Colonial*, de Nestor Goulart Reis, e também as produzidas pelos bolsistas do Projeto Levantamento do Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano, entre os anos de 2008 e 2010¹⁹. Fazemos uma análise imagética no sentido de procurar indícios, que possam configurar uma narrativa sobre o período holandês, como ponto de partida e em um segundo momento que contraponha a historiografia tradicional enviando imagens que indiquem outras histórias.

O fato de serem as imagens, iconográficas, os documentos dos quais dispomos que mais informações nos legam deste tema, é que precisamos fazer uso de pensar o ato de produção de imagens, sempre de acordo com um referencial histórico, visto que as mesmas são produto de um tempo e panoramas culturais específicos.

O estudo de imagens é feito a partir da perspectiva da produção artística, levando em consideração os estilos e técnicas em que se efetuou a imagem, sobretudo, o lugar sócio-cultural em que a mesma foi produzida, é claro que quando tratamos das imagens holandesas feitas da Vila temos um

¹⁹ Além de imagens o Projeto foi responsável pela construção de um acervo de história oral, fonte principal utilizada nesta dissertação.

referencial máximo que é político e dominador e que já foi exaustivamente debatido.

Todavia, acreditamos ser importante lembrar ao leitor que as imagens produzidas na parte norte da terra brasílica pelos invasores flamengos eram sobretudo, fontes de estudo estratégico, com as imagens que retratam as rotas de acesso à Vila Schopp, por mar e através do Canal de Santa Cruz, dando ênfase ainda as dimensões geográficas da Vila.

Figura 2: Vôo de Pássaro Ilha de Itamaracá. Vista da margem da Vila de Igarassu para a Vila de Nossa Senhora da Conceição.²⁰



Gaspar Barlaeus nos dá indícios da importância da manutenção do controle sobre a vila e em seu: *História dos feitos recentemente praticados durante oito*

²⁰ POST, Frans Jansz, ca. 1612-1680. I. Tamaraca [Visual gráfico / F. Post, 1645. - [S.l. : s.n., 1645]. - 1 gravura : água-forte, p&b. Acervo: CDU 762(=1.492)"16"(084.1) 908.81"16"(084.1) 918.1 Ilha de Itamaracá (084.1)

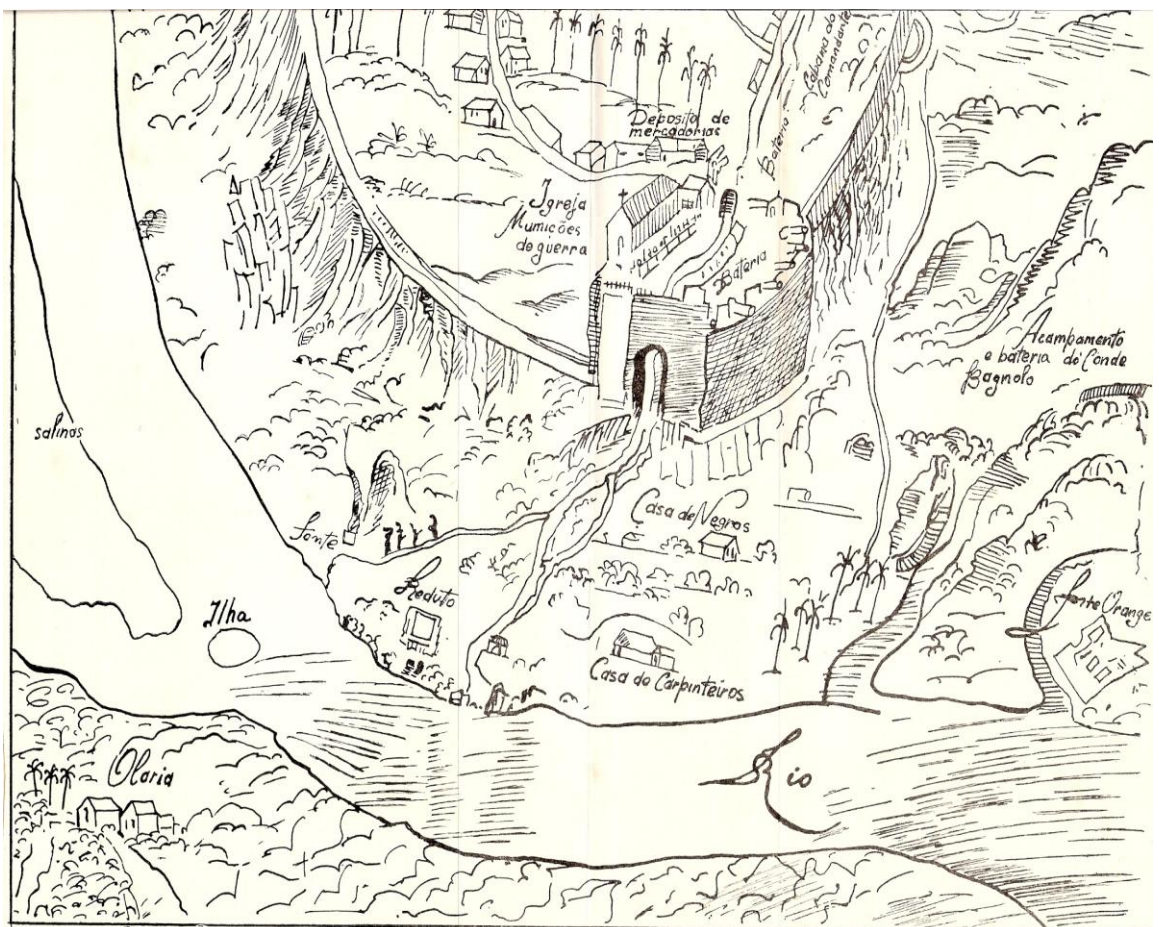
anos no Brasil, tanto na descrição em linhas gerais da ilha quanto nas inúmeras iconografias recolhidas que nos dão uma ideia do que seria a vila, estabelecendo este texto como um dos poucos com material preciso sobre os aspectos físicos da localidade no século XVII com o qual tivemos contato.

A vila acaba sendo a nossa referência por tratar-se da sede da Capitania de Itamaracá durante o século XVII e primeira metade do XVIII, e também por ser o local mais habitado na Ilha, cerca de 100 famílias, informações obtidas através das ordens régias de Itamaracá, encontradas no Arquivo Público Jordão Emerenciano, as quais apesar do crescimento da Ilha como um todo, mantém a mesma base fundiária, inclusive em sua distribuição espacial.

Figura 02²¹

²¹ "Stadt Nostre Signora de Conception", 1630. Produzida por autor desconhecido e recolhida por Nestor Goulart Reis a partir do original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

Figura 05²²: Detalhe da entrada da Vila de Nossa Senhora da Conceição. Descrição em português.

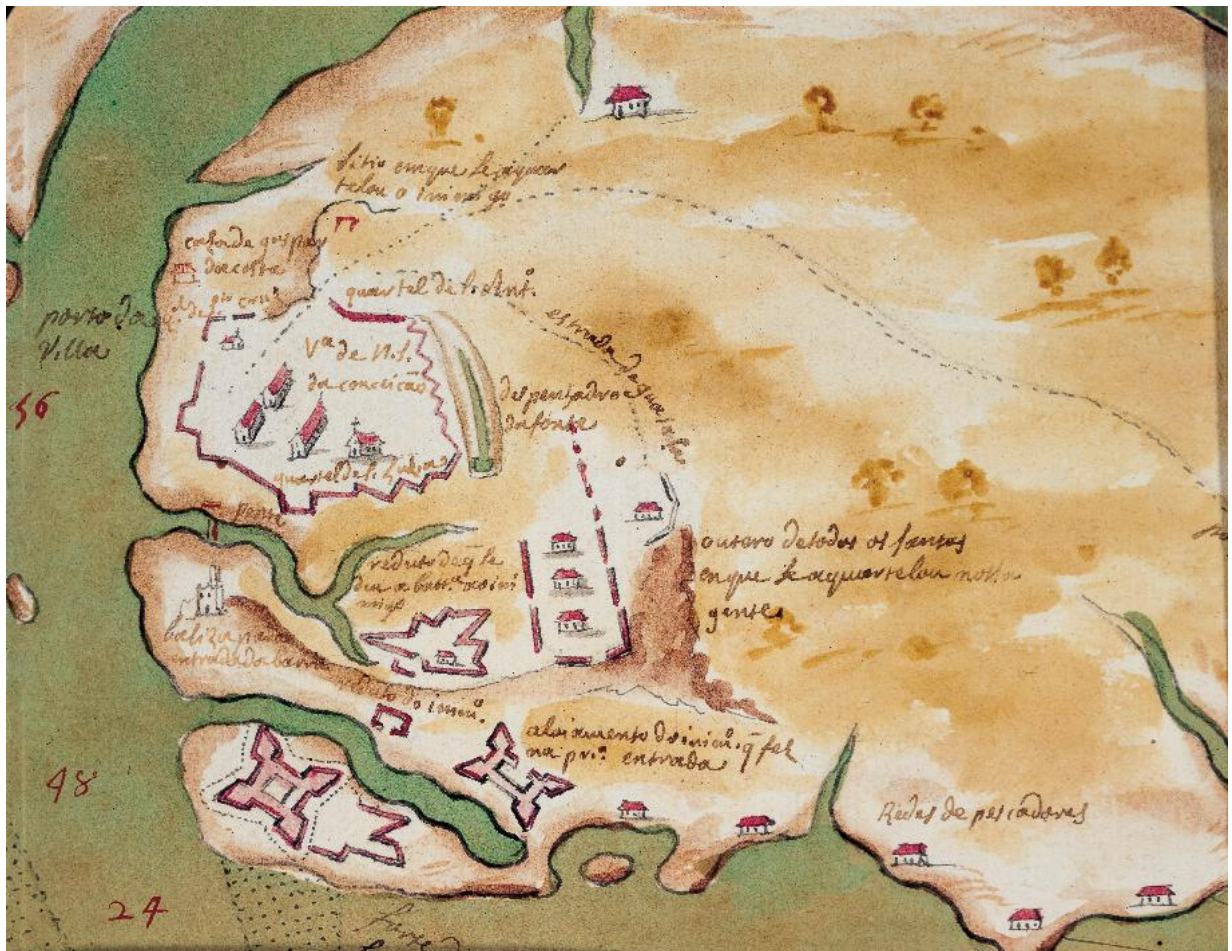


²² "Stadt Nostre Signora de Conception", 1630. Cópia produzida por autor desconhecido e recolhida por Nestor Goulart Reis a partir do original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.

Esta imagem é recorrente em nosso trabalho sobre a Vila posto que é bastante significativa, como documento produzido pelos holandeses, e uma fonte rica em informações das quais incorremos sobre os mais diversos objetivos, militares de defesa, e também os urbanísticos patrimoniais, além de ser a única imagem com a qual tivemos contato da qual podemos imaginar algum tipo de relação cotidiana, ao vermos representadas as pequenas casas com suas também humildes plantações, a presença de um poder administrativo, a coroa portuguesa como legisladora de um local que ao que consta nos documentos escritos é de domínio privado, essencialmente dos Senhores de Engenho.

Com uma imagem que retrata as muralhas encontradas e fortalecidas pelos holandeses na década de 30 do século XVII, estabelecemos uma rede de entendimento da ordem das relações de poder e vigilância, mesmo não sendo este o nosso foco e como indicamos em outras partes do texto, pensamos que uma comunidade que vive isolada da sua colônia, de sua metrópole, em uma pequena ilha atlântica, seria facilmente manipulada por qualquer que fosse o invasor, mas o que vemos revela-se totalmente oposto a este pensamento.

A Vila de Nossa Senhora da Conceição, sempre foi, de acordo com a fala de Henry Koster, local de vida agitada e toda peculiar, onde as pessoas se misturam com o vento que sopra do atlântico, onde reconhecemos um cotidiano de escravos, soldados e juizes, mas também de padres e senhoras da corte que de passagem para Pernambuco se hospedavam nas belas casas em estilo neo-clássico, que à época do viajante inglês já haviam perdido muito de seu brilho atacadas pela crise econômica que há muito atacava a vila. O fato é que apesar de decadentes ainda guardavam em seus objetos de louça, como faianças portuguesas e porcelanas chinesas as lembranças de uma colonização próspera ainda que breve.

Figura 03²³

²³ REIS, Nestor Goular. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2001.

Nesta imagem da Ilha de Itamaracá são indicadas também as fortificações construídas pelos holandeses, podemos ter uma noção do traçado urbanístico da Vila, e principalmente observamos a presença das estruturas físicas e de sua disposição espacial, além de reconhecermos que o que está posto é um mapa militar, podemos divisar também uma área urbana que dá lugar dentro de seus limites restritos ao poder militar e religioso.

O trabalho com esta imagem nos remete à fala de Miriam de Souza Rossini: “*O sentido da imagem não está apenas naquilo que mostra, mas no modo como mostra*” (PESAVENTO, 2006). Representa ao mesmo tempo a presença dos dois colonizadores que debatemos durante o texto, os holandeses seriam representados pelo aparato militar então edificado, e a coroa portuguesa estaria presente através das instituições da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da Capela da Misericórdia.

É interessante notar que sobre esta imagem ainda que a mesma foi produzida pelo cosmógrafo da coroa, João Teixeira Albernaz, como indicador das modificações bélicas feitas na Vila. Uma fonte de 1640, dez anos após a confecção da imagem anterior pelos holandeses com a qual podemos observar um crescimento das áreas de interesse da Ilha, não se restringindo mais apenas à Vila de Nossa Senhora da Conceição, com a construção de fortes em todo o entorno da ilha, além do Orange, as fortalezas de Santa Luzia e da Catuama, esta ao norte da mesma.

3.2 Uma Vila Patrimônio: O século XX e o interesse turístico sobre a Ilha

As instituições brasileiras de defesa do patrimônio percorreram um longo caminho através do século XX, assim como o desejo e a necessidade de preservar o passado perpassou as mentes dos intelectuais que construíram uma gama de categorias e de leis com o objetivo de preservar a memória, história e identidade do povo brasileiro através de inicialmente edifícios de pedra e cal.

Esta discussão deve perpassar todo o nosso texto a partir de agora, posto que, à medida em que, vamos estabelecendo os bens patrimoniais da Vila Velha e da Ilha de Itamaracá, passamos a perceber uma lógica preservacionista institucional que muitas vezes vai de encontro com o sentimento preservacionista dos moradores da vila e da ilha. O que por se só já gera profícua discussão, mais queremos ampliar isso, a partir do pressuposto da necessidade institucional da preservação para a memória daqueles que são cotidianamente tocados por este patrimônio.

A história do patrimônio da Ilha está por ser construída, talvez mesmo a do patrimônio do Brasil seja uma história muito longa e cheia de encruzilhadas, mais este texto pretende contribuir para lançar luz em um dos ambientes patrimoniais mais ricos e significativos do nosso país e que permanece vivo em seu cerne pela confluência de narrativas que ainda se edificam sobre ele no seio meio.

A nossa vila é pequena e durante muito tempo parecia que tava abandonada, de repente, tudo era interessante e os pedacinhos de cerâmicas e de cachimbo virou relíquia. Foi tantas vezes que vieram falar pra gente guardar essas coisinhas e tanta gente de lugares diferentes. Aí vem os grandes e diz que a gente tem que cuidar de tudo e é pra preservar. Mais ninguém pergunta o que conta a nossa história de verdade. Por que tem tanta gente guardando em casa os quebradinhos que se acha na areia da praia? (E. R. S. , 43 anos, morador da Vila Velha de Itamaracá. Reg. 21 de Novembro de 2009)

Quando falamos de uma história do patrimônio da Ilha de Itamaracá, estamos nos referindo não somente a escolha de determinado bem a ser preservado ou Tombado, pelas instituições competentes. Nos referimos a construção de um sentido de preservação que pode ser exótico ao sentido da

história e memória da Ilha mais que foi incorporado a mesma como natural e mais próximo do que se tem como legado cultural identificável no território.

Precisamos retomar então o caminho percorrido pela história da Ilha ao longo do século XX, onde já na década de 1940, quando da construção da Penitenciária Agro-industrial São João, os olhos do Governo Nacional Brasileiro, do então presidente Getúlio Vargas se voltaram para a Ilha de Itamaracá e percebeu o seu potencial turístico e por que não dizer patrimonial.

Ao nos depararmos com a análise de referenciais patrimoniais nos relacionamos com a necessidade de discutir a complexidade de implicações deste conceito que extrapola o campo teórico, posto que se evidencia no cotidiano dos lugares de observação.

O patrimônio não é um tema em nossa pesquisa, mas encerra em si, uma multiplicidade de objetos de estudo. A reflexão a ser feita a partir dele deve considerar não somente um levantamento sucessivo de dados, mas as possibilidades de análises que traduzem.

Evidenciar estas possibilidades significa traçar um diálogo com o passado vivido e relacioná-los às experiências e problemas do presente, que são postos à academia, sim, mas, sobretudo, àqueles que partilham estes patrimônios em suas memórias, em suas histórias, em seu cotidiano.

Devemos levar em consideração um panorama teórico-metodológico que tenha como protagonistas os sujeitos que produzem, se apropriam e vivenciam a riqueza cultural desta pequena porção do Brasil. O que significa dizer que um estudo-observação de um bem, ou conjunto de bens patrimoniais, deve considerar as várias influências e realidades culturais existentes em um mesmo locuo. E que o pesquisador não somente deve estar atento a elas mas, sobretudo, adaptar a sua metodologia para que a compreensão não se faça de uma única mão, para que a comunidade também possa contribuir para a construção deste conhecimento.

Este espaço de análise é possível a partir da concepção do diálogo interdisciplinar, que considera a utilização de diversas fontes e formas de

abordagem e que busca uma escrita narrativa que credibiliza o objeto de estudo e que considera o historiador no seu tempo.

Se lembrarmos que a discussão acerca do que é patrimônio, do que deve ser guardado, do que pode ser significativa da história de um povo devemos retomar a discussão, tão bem empreendida pela historiadora francesa François Choay²⁴, onde estabelecemos o entendimento de que o primeiro conceito de eleição de um bem patrimonial passa por uma relação afetiva, ligada em uma instância maior ao sentido de nacionalidade. Mais que perpassa inicialmente, ao olhar do colecionar, das marcas de memória ligadas a grandes feitos políticos que muitas vezes nem tocam diretamente os sujeitos que atuam cotidianamente em determinada sociedade.

A análise dos processos de patrimonialização do passado iniciados, então com a Revolução Francesa se estende com determinantes variáveis ao longo dos séculos, mas mantém as suas bases de relação de ancestralidade, de utilidade, de beleza artística e de identidade nacional mesmo com tantas outras discussões sendo postas em pauta.

Françoise Choay apresenta ainda um contundente estudo sobre a codificação das cidades enquanto objeto de arte e de patrimonialização, com vias a fazer conhecer a construção do que hoje temos por patrimônio urbano, que passa por uma importante discussão em torno do restaurar ou conservar.

Mais a autora ressalta ainda que duas noções de patrimônio histórico vão subsistir, uma relacionada diretamente a intelectualidade e tradição francesa e outra de viés inglês ligada ao teórico Ruskin. Para a primeira, “um Monumento Histórico é um objeto historicamente determinado e suscetível de uma análise racional, e em seguida apenas de um objeto de arte.” (CHOAY, 2006, p. 131). Já Ruskin acredita que a restauração de um monumento histórico, compreende a perda de sua autenticidade e consequente desvinculação com o presente, ao qual ele deve sempre se reportar. Ruskin

²⁴ CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. 3ª edição – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

valorizava o conceito de tempo e acredita que “os monumentos do passado são necessários à vida do presente.” (CHOAY, 2006, p.121)

O que pode tocar a nossa discussão, portanto, é que o patrimônio enquanto categoria estabelece uma relação de colecionismo que é pautada muitas vezes em aspectos emotivos da memória. O sentimento que muitas vezes levou os moradores da Vila a construir verdadeiras coleções de fragmentos de louças portuguesas, muitas vezes apenas pelo aspecto estético das peças do que por seu valor histórico.

Se as coleções particulares são as primeiras a ditar o sentido do que deve ser guardado como marco de determinado povo, podemos concluir que o patrimônio enquanto instituição é primeiramente um direito privado, como o era para os romanos na antiguidade clássica. Se configurando quase que como uma herança a ser legada por gerações e neste sentido preservada para que os próximos detentores deste bem possam conhecer a sua importância e se ver como responsável por sua manutenção.

Se em um primeiro momento passamos por uma associação do patrimônio ao ato de colecionar, em grande medida uma ação afetiva. Em um segunda e definitiva associação encontramos que o patrimônio está ligado a criação e adoção de marcos monumentais. Sendo estes elementos definitivos de uma escolha afetiva.

O que de acordo com Choay, distingue o que seria Monumento do que podemos entender como Monumento Histórico. Enquanto o primeiro remonta a uma escolha pré-estabelecida de caráter puramente afetivo de forma a evocar constantemente uma memória específica. O Monumento histórico “é constituído à posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que selecionam, na massa de edifícios existentes.” (CHOAY, p.21. 2001)

Neste sentido, a escolha de determinado espaço patrimonial se torna parte de uma seleção afetiva que corresponde sobremaneira a memória do país ou localidade e que se instaura como marca a ser protegida nas vivências cotidianas. Se tomamos este sentido de análise, temos que vincular a história

do patrimônio da nossa Ilha a uma reflexão que excluiu os acessos legais e as circunstâncias de condução do cenário patrimonial que se sobrepõem em muitas vezes a esta seleção natural elaborada no interior da comunidade.

Havemos que defender que existem dois espaços patrimoniais coexistindo na Vila. Um que corresponde a uma eleição institucional externa à Ilha de Itamaracá e que elegeu como marco patrimonial, a história da ocupação holandesa na Ilha. E outro, onde os moradores constroem narrativas múltiplas ligadas às vivências ribeirinhas, a capela da Misericórdia deixada em ruínas pelos portugueses, aos indígenas tão pouco documentados, aos fornos de cal e tantas outras narrativas que permeiam as suas memórias.

Para tanto, neste momento, recorreremos aos relatórios de intervenções arqueológicas realizadas na Ilha de Itamaracá, mais especificamente em Vila Velha. Consideramos não só o resultado das pesquisas, mais a impressão dos moradores sobre estas intervenções, levando em consideração as suas memórias e os sentimentos por elas suscitados.

Então a nossa primeira parada é a década de 80, do século XX, em que a Ilha, mais especificamente, o bairro de Vila Velha, originalmente a Vila Nossa Senhora da Conceição, sede da Capitania de Itamaracá, que compõe a área de povoamento mais antiga da Ilha e uma das mais antigas do Brasil. Neste período, a Vila sofreu intervenções arqueológicas e patrimoniais que tinham como objetivo um novo entendimento de sua história e o estabelecimento com a população de uma dinâmica patrimonial com vistas a sua preservação.

Aqui, temos como fonte de investigação além dos poucos textos publicados, como relatórios e matérias de jornais locais acerca da intervenção, fontes orais atuais que nos levam a debater mais do que o tratamento dado aos bens patrimoniais mais a construção da história da Ilha a partir da lógica de um grupo que também esteve presente nas primeiras escritas historiográficas feitas para a Ilha já no início do século XX, com o qual também vamos estabelecer relação.

Para entendermos a dinâmica da construção de um espaço patrimonial e de interesse turístico para a Vila Velha precisamos entender a configuração

das políticas patrimoniais brasileira e de que forma o Estado de Pernambuco se insere nas mesmas. Falamos anteriormente, que os primeiros passos em relação a construção deste cenário patrimonial para a vila foram dados já no início do século XX e que os mesmos foram relativos às publicações que tomaram de valor a história da ocupação holandesa da Ilha. Ora estes trabalhos científicos e ensaios tiveram como principal incentivador o Instituto Geográfico, Arqueológico e Histórico de Pernambuco.

Se por um lado temos um interesse acadêmico e científico, também vamos perceber já na década de 1940 do referido século um interesse econômico e social, pois como vimos no primeiro capítulo deste texto, a Ilha de Itamaracá, perdeu ao longo dos séculos a sua importância dentro do cenário econômico do Nordeste brasileiro. Este fator fez com que muito poucas opções restassem para os moradores que se viu isolada dos incentivos fiscais do Estado. Foi só no período citado, quando se fez estudos em todo o estado para a construção de um complexo penitenciário, foi que observou-se uma redescoberta das qualidades e atrativos da Ilha

Entretanto, as notícias de tantos valores históricos a legislação patrimonial ainda tinha um longo caminho a percorrer e o espaço de pesquisa sobre a história da Ilha acabou sendo suplantado pelo interesse nas belezas naturais, fazendo com que durante muito tempo o principal atrativo dos visitantes fossem as praias. Este fator inclusive, foi observado por vários moradores durante as entrevistas, como observado no trecho abaixo:

E o que foi certo é que as pessoas sempre vieram conhecer as praias e aí passavam na Vila e viam aquela Igreja antiga, as ruínas e ficavam curiosos. Quando a Fundarpe, fez o trabalho com os meninos, ai se sabia falar a história da Ilha, mais o que a gente contava era o que os holandeses fizeram. (M. I. G. 82 anos, moradora da Vila Velha. Reg. 35 de Julho de 2008.

O que é importante notar para agora é que, as intervenções efetivas só vão ocorrer na década de 1980 do século XX, com ações efetivas de restauração e de formação de “condutores de turismo”²⁵ que atuaram dentro da vila, inclusive em períodos posteriores, repassando o conhecimento para os filhos, formando gerações de condutores a partir de uma única experiência de formação.

Apesar de o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN ter sido criado em 1936, o sentido da preservação e a metodologia de eleição dos bens a serem preservados ainda passaria por um longo processo de elaboração que perpassou o século XX e que acompanhou as demandas de desenvolvimento das ciências humanas e também a condição sócio-política do país.

Para Maria Cecília Londres Fonseca²⁶, um dos principais objetivos dos primeiros grupos a pensar o patrimônio, aqueles advindos do movimento modernista, objetivavam marcadamente construir uma identidade nacional, a partir da eleição de marcos históricos e de monumentos que representassem a nacionalidade.

Ora se para os intelectuais modernistas o espaço de discussão deveria se voltar para os grandes marcos da história do nosso país, o que mais lógico do que eleger como marco cronológico da história da Ilha de Itamaracá, a presença holandesa, a qual modernizou o nordeste e que fortaleceu a identidade do próprio povo brasileiro, que então teve que se unir para expulsar o invasor europeu. “O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação.” (FONSECA, p.86. 2009).

Ainda que se tenha construído uma imagem muito mais voltada para o período efetivo de ocupação em detrimento das guerras de expulsão, o que

²⁵ Apesar de utilizarmos este termo, relativamente atual e que diz respeito aos profissionais responsáveis pelo receptivo turístico direto, o que se tinham eram pessoas, geralmente adolescentes que participaram de algumas escavações e da restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e que, portanto, obtiveram um número de informações, além de um preparo por parte dos pesquisadores para informar os turistas sobre os bens e alguns aspectos específicos da ocupação do território da Vila Velha.

²⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3º ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

percebemos é que a presença holandesa parece incitar para a Ilha um olhar de valorização sobre o território que em outros períodos foi relegado. Há que se notar que por repetidas vezes se comenta que os holandeses cogitaram a possibilidade de fazer de Vila Velha a sede do governo holandês no nordeste. Até mesmo, a fala dos moradores conta dos privilégios de ser considerada, a vila, os “jardins de Holanda”, como dito por Gaspar Barlaeus.

Percebemos, que se existe um interesse econômico ligado ao fomento turístico, também observamos um orgulho que tende a ressaltar o período de mais visibilidade da Ilha para o restante do país. O momento da história da Ilha em que se teve maior crescimento econômico e prestígio político no cenário colonial.

Se a nível nacional a legislação estava caminhando a passos lentos dentro de uma sucessão de debates e interesses políticos, em Pernambuco, ao qual Itamaracá já estava associada desde fins do século XVIII, quando se tornou comarca de Goiana, já em 1927, temos a atuação da inspetoria Estadual de Monumentos Históricos, acompanhando esta mesma instituição já criada em Minas Gerais e na Bahia ao longo da década de 1920. Sendo relevante destacar que é considerada Monumento Nacional em 1933, antes que qualquer legislação de proteção nacional fosse elaborada.

A criação destes órgãos a nível estadual já segue em um primeiro passo para o processo posterior de catalogação e seleção de bens tombáveis à nível nacional, tanto que os primeiros centros urbanos a ter registro de tombamento no IPHAN, estão nestes três estados, onde os esforços para a preservação tiveram início.

Estes esforços não seguem apenas uma lógica política, mais advém também de um sentimento que permeava o imaginário modernista do início do século XX, para o qual os intelectuais se mobilizaram no sentido de criar aparelhos de conservação do legado histórico da nação. Rodrigo Cantarelli²⁷

²⁷ CANTARELLI, Rodrigo. Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

ressalta a importância destes intelectuais para a criação dos primeiros museus e mesmo para a idealização do Sphan.

Intelectuais que depois se vincularam ao movimento moderno publicavam artigos criticando a falta de preocupação do governo com o passado colonial. Isso poderia gerar grandes perdas do que seria a essência brasileira. Então, o processo de proteção do patrimônio tornou-se objetivo comum em diversos setores da sociedade: intelectuais, políticos e até o clero, agora se empenhavam em defender o passado. (CANTARELLI, 2012, p. 40).

Desta forma também, em Pernambuco os intelectuais ligados ao já citado IAHP, foram de fundamental importância se levamos em consideração as visitas, relatórios e artigos publicados nas revistas da instituição publicadas entre fins do século XIX e início do século XX, contando a história da Capitania de Itamaracá, como pressupunha o objetivo da publicação, em sua primeira edição:

O Instituto está destinado a recolher e conservar como em mui particular e mui familiar repositório, as memórias, as tradições, as legendas inúmeras que por ai vogam esparsas e que se prendem mais ou menos a história e a própria vida social desta província... coligir, verificar e publicar, os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia pertencentes à história das províncias que anteriormente formavam as Capitâneas de Pernambuco e Itamaracá, desde a época de seu descobrimento até os nossos dias. (Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, Vol. 01, nº1, p.26. 1862)

Como primeiro repositório desta história o instituto assumiu o fundamental papel de conduzir um olhar sobre a Ilha direcionado para o seu período áureo, correspondente exatamente ao momento de ocupação holandesa. Mais a importância do Instituto não se deveu apenas ao fato de dar visibilidade a história da Ilha, mais também a de efetivamente produzir conhecimento e aparato científico para que o conhecimento sobre ela chega-se até os nossos dias.

Devemos enfatizar ainda, que ainda que de cunho colecionista, o Instituto elaborou o primeiro museu histórico do Estado de Pernambuco, que passou a funcionar no ano de 1866, dividindo o seu pioneirismo apenas com o Museu de História Natural, organizado pelo naturalista Louis Jaques, em 1852. Para Schwarcz, “o instituto assemelhava-se a uma sociedade de antiquários e que era monopolizado pelo culto da restauração do domínio flamengo, tomando o museu mesmo perfil.” (SCHWARCZ in CANTARELLI, 2012. P. 19)

É importante notar, que apesar de o interesse patrimonial sobre Itamaracá remontar ao início do século passado e mesmo depois de inúmeras intervenções realizadas por órgãos, com pareceres favoráveis ao Tombamento e preservação, seja de bens isolados seja do sítio urbano o mesmo continua sem este aparato legal. No que diz respeito ao estado o processo de tombamento do sítio urbano de Vila Velha já delimitado está em aberto desde a década de 1980.

Ainda assim, após três décadas, o processo não se concluiu, outras intervenções vieram, tanto do ponto de vista científico, quanto imobiliário e turístico e a salvaguarda do patrimônio continua em aberto. Hoje, sob a responsabilidade apenas dos moradores da Vila que ainda tem o sentimento de propriedade ligado à afetividade colecionista, muito mais do que a uma identidade patrimonial.

Acontece que mesmo com o processo de tombamento e salvaguarda em andamento os esforços turístico-econômicos continuaram em andamento, inclusive, considerando o patrimônio como atrativo secundário na ordem dos recursos, o que como vamos ver dificultou o processo de preservação e também o olhar dos órgãos públicos e instituições sobre o espaço patrimonial

da Vila, que continua sendo re-significado, posto faz parte de uma sociabilidade específica e dinâmica que não espera as resoluções legais e que se modifica ao sabor das suas necessidades.

Construído no âmago do Estado Novo o Sphan bastante ligado aos padrões políticos deste momento da história brasileira, que ao mesmo tempo em que se tentava firmar no cenário global como um herdeiro do espaço histórico colonial, criava uma postura ligada a modernização ideológica do conceito de patrimonial, pautado na identidade nacional.

Se nosso objetivo era conduzir a construção de identidade, os primeiros marcos destas, foi a eleição de uma história da civilização material brasileira, para a qual a visão dos arquitetos foi fundamental, na medida em que foram os responsáveis por definir que edificações se encaixavam neste perfil.

Neste sentido, os primeiros bens tombados foram bens imóveis de natureza material, notadamente de cunho religioso, como Igrejas e conventos, ou estatal, Casas de Câmara e Cadeia. Ainda que estejamos falando de uma prática do início do século XX e da fundação do principal órgão de defesa do patrimônio nacional, ressaltamos que o único bem restaurado na Vila Velha de Itamaracá foi a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1985.

Apesar de neste período muito provavelmente a capela de Nossa Senhora do Rosário estar em melhores condições, de termos a ponte sobre o Rio Parípe, importante marco das navegações na Ilha e mesmo os inúmeros Fornos de Cal, instrumento de sobrevivência econômica da Ilha durante a crise posterior a expulsão holandesa.

Assim, observamos como posto na primeira proposta de tombamento do sítio urbano de Vila Velha ensejada em 1980, os seguintes argumentos:

Tratando-se de notável marco da nossa colonização, existente anteriormente ao estabelecimento do primeiro donatário da Capitania, palco do confronto de civilizações diversas, e hoje ainda de certa forma definida em seus

limites primitivos, a antiga Vila Marial²⁸, ou Vila de Nossa Senhora da Conceição, ou ainda Vila Velha de Itamaracá, deve ser tombada nos termos do Decreto Estadual, nº6.239 de 11 de Janeiro de 1980. (Termos da Proposta de Tombamento apresentada ao então Diretor de Patrimônio Histórico, em Novembro de 1980 – Biblioteca da FUNDARPE, Documentos avulsos, pag. 03).

A preocupação inicial, como parte evidente da tradição e metodologia dos nossos órgãos de preservação era garantir o caráter de ancianidade do conjunto arquitetônico, ao que se percebe trata-se muito mais do que um conjunto de edifícios preservados, mais estabelece também uma lógica construtiva e um caráter urbano que está diretamente ligado a um traçado com características renascentistas como atesta a dissertação de André Luiz Gomes Soares.²⁹

A hoje, chamada Vila Velha, era ao tempo do domínio holandês, uma área fortificada, denominada na planta de Franz Post, em Barleus de “Opidum Schoppij”, onde se vê a primitiva disposição urbana, em muito semelhante ao que hoje ali resta: um casario que se estende em forma de “L” com edificações geminadas e outras isoladas, estando junto ao vértice a Igreja. Dessas casas permanecem algumas em nossos dias, enquanto da muralha com suas torres, hoje inteiramente desaparecidas, devem restar os embasamentos, o mesmo podendo-se dizer de várias

²⁸ Esta Nomenclatura está presente em alguns documentos da Fundarpe, como o acima apresentado e que fazem referência por sua vez a literatura produzida por Pereira da Costa. Afora estas, não encontramos em outra documentação o termo Vila Marial. Portanto, deixando de nos referir a ela como tal.

²⁹ SOARES, André Luiz Gomes. Diagnóstico dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para a sua preservação e conservação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. 2009.

construções ali assinaladas. (Termos da Proposta de Tombamento apresentada ao então Diretor de Patrimônio Histórico, em Novembro de 1980 – Biblioteca da FUNDARPE, Documentos avulsos, pag. 02).

Para o Governo Brasileiro o primeiro passo em relação ao interesse de conservação do passado nacional foi dado já no documento constitucional de 16 de Julho de 1934, quando estabelece no artigo 148, Capítulo III – Da Educação e Cultura que: “cabe à União, aos Estados e aos Municípios, favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras, e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (Carta Constituinte do Estado Novo de Getúlio Vargas, Arquivo digital do Portal da Legislação do Governo Federal, acessado em Dezembro de 2013).

O texto da referida constituição foi pautado no então documento elaborado na Conferência de Atenas para a legislação patrimonial, um conjunto de diretrizes norteadoras da preservação dos importantes legados histórico-culturais do ocidente. O documento conhecido como Carta de Atenas de 1931, que “trata dos princípios gerais e das doutrinas relativas à proteção dos bens arquitetônicos, com o objetivo de consagrar monumentos em oposição à racionalidade estética dos espaços modernos, ela recomenda a utilização dos monumentos para assegurar a sua continuidade no tempo.” (RIBEIRO, 2005, p. 57), serviu de base para muitos organismos patrimoniais na Europa e América do Sul.

Em meio a estas questões postas em âmbito internacional foi solicitado pelo então, Ministro Gustavo Capanema a elaboração de um anteprojeto de proteção do patrimônio nacional artístico, que elaborado em 1936, deveria estabelecer as diretrizes do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, o SPAN. Mario de Andrade foi o primeiro a apresentar um anteprojeto que pressupunha uma defesa do patrimônio ligada ao social e ao uso educativo dos bens patrimoniais, com ênfase na utilização dos espaços museais.

Este anteprojeto entrou em confronto direto com a proposta de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que elabora um órgão, Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – SPHAN – onde a maior preocupação é a de garantir dos direitos de propriedade, além de prever a instituição do processo de tombamento.

O SPHAN é então criado e posto a funcionar no ano de 1936, ancorado pelo instituto do Tombamento criado em Novembro do ano seguinte, através do Decreto Lei Nº25, o qual estabelece a metodologia de tombamento, bem como configura os Livros de Tombo. O passo no sentido de conceituar e elencar os padrões patrimoniais brasileiros estava posto e contou com grande participação dos grupos de intelectuais brasileiros, marcadamente modernistas que se ocuparam em debater não só o que deveria ser preservado, mais também os mecanismos de atuação legal impostos a estes bens.

Apesar de ter o seu anteprojeto obliterado pelo governo Mário de Andrade continuou contribuindo para a consolidação das ferramentas patrimoniais, tornando-se inclusive diretor regional do Sphan na década de 1940. O seu anteprojeto, apesar de não aceito na época, vai ser extremamente considerado durante a elaboração do texto constitucional em 1988, posto que as ideias nele ensejadas, já demarcam conceitos só desenvolvidos muitos anos depois pela antropologia cultural e que vão ser fundamentais para o entendimento das novas dimensões do patrimônio. No que toca os bens de natureza imaterial e mesmo material na medida de suas variáveis locais e de sua conexão com a memória e ambiente simbólico traduzido em cada região do Brasil.

As reflexões encaradas por Mário de Andrade vão ser amplamente revistas por Aluísio Magalhães, na década de 1970, durante o processo de reformulação do Sphan, onde serão preocupações postas em pauta a valorização do conhecimento e das manifestações populares e a importância da educação para a preservação do patrimônio.

Ainda em Maio de 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, elaborou o documento que vai servir de base para o pensamento legislativo no ocidente, influenciando diretamente o Brasil. Apesar de estarmos vivendo o obscuro período da ditadura militar, o então SPHAN, continua atuando de acordo com o Decreto-lei nº25, de 30 de Novembro de 1937, ou seja anterior ao acima citado documento e que considera questões específicas que discutiremos mais à frente. Antes gostaríamos de evidenciar o que esta posto, na Carta de Veneza, a fim de traçarmos um paralelo entre as ações e filosofias das instituições patrimoniais brasileiras.

Em sua definição, artigo 1º:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mais também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo uma significação cultural. (Carta de Veneza, Arquivo digital do IPHAN, acessado em Junho de 2013).

É importante ressaltar como posto anteriormente que o objetivo do SPHAN para a salvaguarda do acervo monumental brasileiro esteve desde a sua fundação muito mais ligado ao valor estético dos bens do que, como sugere o ICOMOS a sua significação histórica e cultural. Como atesta Fonseca, acerca dos critérios de Tombamento pressupostos por um dos idealizadores da instituição e primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Os critérios de seleção, autenticação e restauro, ou seja, o estabelecimento de padrões que por se aterem a exigências consideradas pelo SPHAN como científicas, no entender dos críticos do Sphan, deixariam de atender a interesses da população, que buscava no patrimônio tombado uma imagem de beleza e da realidade da nação. (FONSECA, 2009, p. 109.)

A preocupação estética, atribuída ao gosto popular, acompanhava uma preocupação dos próprios idealizadores da instituição, que dizia respeito ao caráter de excepcionalidade dos bens. O que leva a afirmação de Maria Cecília

Londres Fonseca, em seu Patrimônio em Processo, afirmar que “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética” (FONSECA, 2009, p.114).

Ora, então justificava-se a necessidade de legislar e conservar os bens como postos a partir do tombamento, e entendia-se que o aparelho do estado não teria condições de alcançar a vastidão de bens dispersos em todo o território nacional. Havia-se que selecionar com cuidado aqueles que se destacavam de maneira excepcional, tarefa que acabou sendo legada como forma de registro e prêmio aos Livros de Tombo.

Apesar de ser uma discussão profícua e, sobretudo, já ter sido amplamente debatida, no que toca ao patrimônio estabelecido no estado de Pernambuco e na Ilha de Itamaracá, ela ainda é insipiente. Embora, o nosso aparato histórico e cultural seja riquíssimo, só recentemente, nos últimos dez anos, estudos acadêmicos ocuparam-se de historiar e entender a dinâmica da legislação patrimonial em Pernambuco.

Como é sabido o nosso objetivo neste texto não é construir a história do patrimônio da Vila por si só, mais trata-la dentro de um lugar de observação que encara duas importantes variáveis, a construção de duas instâncias patrimoniais, uma institucional e uma memorialista interna, e também em relação a uma lógica socioeconômica que associa os bens patrimoniais ao aparato turístico. Sendo os dois pontos de argumentação relacionados a uma herança cultural holandesa.

4.1 O turismo e o “des”interesse patrimonial – PRODETUR e Plano de Preservação de Vila Velha

Agora a gente tá assim...nem a igreja fica aberta mais, o turista chega e não tem o que ver. Só a vista da Coroa do Avião. E a história que a gente aprendeu a contar, e o

trabalho do patrimônio. Restaurou a igreja, mais não tem transporte para chegar na vila. A gente que mora aqui fica isolado, nem tem opção de renda, nem tem dinheiro pra cuidar da nossa história. Todo mundo já está cansado, ele vem aqui faz um monte de medição e diz que tem que tirar as casas do lugar por que na origem não era assim, e o turista não quer ver do jeito que tá. O difícil é a gente acreditar que vai ter benefício pra o povo da vila. (S.A. N., 62 anos, morador da Vila Velha de Itamaracá. Reg. 19, Agosto de 2012.

O interesse turístico sobre a Ilha de Itamaracá remonta ao início do século XX, sendo intensificado durante a segunda metade deste século, sobretudo, por visitantes locais, do próprio estado de Pernambuco que procuravam uma opção de lazer do tipo praia e sol. Enquanto, os interesses patrimoniais não se efetivavam para a Ilha um número expressivo de turistas já frequentava a mesma.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o fluxo de turistas, estava ligado aos membros da elite do Estado que construíram casas de veraneio e podiam desfrutar do meio ambiente privilegiado da Ilha. No período citado, a Vila Velha de Itamaracá apresentava a mesma configuração urbana que subsiste hoje e que como já foi dito, remonta ao início da colonização. Muito pouco mudou ao longo do tempo para a pequena vila de pescadores no topo do morro com vistas para o Canal de Santa Cruz.

É somente na última década do século XX, que a situação vai se agravar e que acompanhando o interesse patrimonial, o interesse turístico vai se acentuar. Após a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1985 e o trabalho de educação patrimonial realizado pela Fundarpe, os turistas vão afluir com mais frequência ao longo da década de 1990.

Neste período também a Ilha vai apresentar um crescimento populacional, afixado nas comunidades do Pilar e de Jaguaribe, muito sensivelmente proveniente de parentes dos detentos da Penitenciária Agro-industrial São João. Estes novos moradores são somados aos pequenos

comerciantes atraídos pelo fluxo turístico e a Ilha vai assumindo um novo núcleo habitacional que se distingue do que é observado na Vila Velha.

É interessante notar que das entrevistas realizadas com moradores da Ilha, que não tem relação com a Vila Velha percebemos um certo distanciamento, quase que um preconceito em relação aos mesmos. É interessante notar que a Vila ficou praticamente isolada por tanto tempo que existe um evidente receio aos estrangeiros. Tanto que os poucos moradores externos as famílias tradicionais são prontamente apontados dentro do conjunto social e inclusive se mantêm afastados das discussões competentes à Vila.

A nossa análise parece que o discurso patrimonial da origem e da ansianidade da vila que se mantêm por séculos com uma base urbana em torno de 100 famílias, é latente no trato com este outro estrangeiro mesmo que ele seja de outros locais da própria Ilha. Apresentando-se até um receio em relação aos moradores que abandonam a Vila para morar em outras localidades de Itamaracá.

Ora, como vimos na fala do morador que iniciou este tópico, existiu durante muito tempo uma especulação turística, embasada em interesses políticos e particulares diversos, com os quais os mais idosos conviveram e tiveram que lidar e que ainda assim, conseguiram manter os traços mais marcantes de sua história e cultura.

O ponto de confluência narrativa deste tópico está relacionado a construção de um aparato turístico a partir de 1985, com a Restauração da Matriz e outros trabalhos de pesquisa arqueológica desenvolvidos no entorno da Vila e no Forte Orange e a sua relação direta com o desenvolvimento turístico e os incentivos fiscais do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento Turístico), iniciado em 1994 e financiado pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os reflexos das ações turísticas promovidas por este programa e no que surgem no esteio das atividades patrimoniais tem reflexos ainda na atualidade,

como parte de um longo processo que enseja inclusive o inacabado processo de tombamento do Sítio Urbano de Vila Velha.

É importante refletir sobre estas ações, que espaços turístico-patrimoniais são postos à preservação, quais os interesses políticos e qual a atuação das instituições e órgãos de preservação frente a este cenário. Considerando ainda, em uma instância categórica, qual o impacto desta configuração econômica e política na vivência dos moradores da Vila Velha, que ao que consta dos relatos orais coletados ao longo de 07 anos de pesquisa, por vezes são os últimos a serem consultados sobre o que será feito do seu espaço de história e memória.

O Estado de Pernambuco iniciou efetivamente as suas ações para o fomento do turismo no ano de 1967 com a criação da EMPETUR (Empresa de Turismo de Pernambuco), tendo por objetivo gerenciar os incentivos públicos e privados da área em crescente expansão. Apesar disso, somente em 1994, vai receber uma renda e um planejamento específico para este fim.

O PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo) Nacional é um programa gestado pelo Ministério do Turismo que atuou a níveis federais, estaduais e municipais tendo como meta contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo. O fator definitivo para a execução do programa e um dos sustentáculos dos incentivos turísticos no Nordeste ao longo da década de 1990 foi o apoio e financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O BID financiou diretamente o PRODETUR – NE, iniciado em 1994, sob a máxima de “reforçar a capacidade da região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas de expansão turística” (Termo de referência turística – PRODETUR – NE, 2010).

Com as diretrizes do programa bem definidas precisamos entender de que forma ele influencia a realidade da nossa Ilha. Ora, apontamos anteriormente que a Ilha estava recebendo entre a década de 1980 e 1990 um

fluxo crescente de visitantes e um interesse por parte dos órgãos de preservação em registrar, restaurar e tomba os bens materiais atrelados à história da Ilha de Itamaracá.

Em 1985, a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é a primeira ação que veio acompanhada de outras escavações arqueológicas nos limites da Vila Velha e na área do Forte Orange ao longo das décadas citadas. Sendo as últimas intervenções estabelecidas no ano de 2003, quando do planejamento de requalificação do Forte em um Museu.

O relatório³⁰ produzido pela equipe do Professor Marcos Albuquerque nos legam inúmeras informações relevantes, na medida em que apontam dados geoarqueológicos e relativos a ocupação urbana da faixa litorânea da Ilha ao longo de três décadas. Neste, podemos perceber na série de aerofotos utilizadas o avanço imobiliário da faixa de litoral.

Dos novos moradores da Ilha temos notadamente os veranistas, que como dito anteriormente aumentava em determinada época do ano de uma confluência de moradores, ampliando o desenvolvimento urbano. O afluxo de moradores incentivou a formação de loteamentos concentrados na beira-mar.

É importante notar que a Ilha de Itamaracá é formada pelo ecossistema manguezal que está diretamente atrelado ao Canal de Santa Cruz, recobrando toda a parte baixa da Ilha, que passava por períodos de inundação. A solução óbvia foi o aterro do mangue e o corte das barreiras.

³⁰ ALBUQUERQUE, Marcos. Trilha dos Holandeses: Uma avaliação geoarqueológica. Recife, UFPE, Arquivo da FUNDARPE, 2003.

Figura 07: área de Mangue às margens do rio Paripe³¹.



³¹ Imagem do Acervo do Projeto Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Ilha de Itamaracá. Foto do autor. Janeiro de 2012.

Figura 08: Ponte sobre o rio Paripe.³²



³² Imagem do Acervo do Projeto Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Ilha de Itamaracá. Foto do autor. Janeiro de 2012.

Figura 10: Vista de Vila Velha para a Coroa do Avião, um dos espaços de maior avanço imobiliário da Ilha ao longo dos anos 2000.³³



³³ Imagem do Acervo do Projeto Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Ilha de Itamaracá. Foto do Pablo Dantas. Março de 2009.

O impacto deste avanço imobiliário foi rápido e em pouco tempo mudou o cenário da Ilha. Apesar de nem toda a faixa litorânea ter sido ocupada, os loteamentos acabaram por adentrar o território da Ilha, formando inúmeros outros povoados e ocupando efetivamente todo o território. Com a construção dos loteamentos fez-se necessário a abertura de estradas, ruas e quadras, encurtando-se os caminhos.

A própria Vila Velha estabeleceu conexão com outras partes da Ilha no período, através da construção na década de 1970, da rodovia PE-037, que fazia a ligação entre a Vila através do Rio Paripe, margeando o Canal de Santa Cruz até o forte Orange, a verdadeira e natural trilha dos holandeses, e não o caminho turístico pelo interior da mata que foi explorado como roteiro turístico ao longo dos anos 2000.

Na área rural, segundo o Professor Marcos Albuquerque, “a ocupação apenas tentou disciplinar e utilizar os próprios recursos naturais oferecidos. O coqueiral ocupando as áreas de terra firme, os alagados, sujeitos à ação das marés, em parte transformados em viveiros de peixes e salinas.” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 53).

Entre todo o desenvolvimento demográfico notamos que a área menos afetada como dito anteriormente e sucessivamente, posto que traduz inúmeros caracteres patrimoniais, é o fato de a vila permanecer com a sua estrutura demográfica constante. Neste sentido, o recorte do perímetro de tombamento presente no texto já referido anteriormente se define, na década de 1980 sob o seguinte plano:

O Polígono de Tombamento do Sítio Histórico de Vila Velha é definido a partir do ponto nº localizado na via de integração de Vila Velha – Forte Orange, 500 m (quinhentos metros), após o seu encontro com a via de acesso do sítio salinas; desse ponto segue no sentido leste pela via de integração Vila Velha – Forte Orange prolongando-se pelos

limites norte do Sítio Salinas (cadastro no INCRA nº043.202) Fazenda Nossa Senhora da Conceição (cadastro no INCRA nº057.135), propriedade sem denominação (cadastro no INCRA nº058.135), e do Sítio Paripe (cadastro no INCRA n.º 108.124) até encontrar o rio Paripe em sua margem direita, localizando o ponto n.º 02; deflete à direita seguindo pela margem direita do citado rio até o limite do sítio Paripe com a fazenda São Judas Tadeu até a margem do Canal de Santa Cruz no ponto 4; deflete à direita seguindo pela margem do Canal de Santa Cruz, cruzando a foz do Paripe e continuando pela margem do mesmo canal pelos limites da Fazenda Nossa Senhora da Conceição (Cadastro no INCRA n.º 106.127), Sítio Joque (cadastro no INCRA n.º 106.133), Granja Vila Velha (cadastro no INCRA n.º 105.134), Fazenda Nossa Senhora da Conceição (cadastro no INCRA n.º106.137) até o seu final onde segue 250m (Duzentos e cinquenta metros) ainda na margem do Canal de Santa Cruz pelo limite do Sítio Salinas (cadastro no INCRA n.º043.202), até o ponto n.º5. Deflete à direita , percorrendo aproximadamente 650 m (seiscentos e cinquenta metros) cortando em linha reta o sítio Salinas até a via de integração Vila Velha – Forte Orange, distante 500m (quinhentos metros) do encontro com a via de acesso à sede do Sítio Salinas, localizando assim o Ponto n.1 e fechando o polígono. (Registro de Tombamento, Perímetro de Tombamento do Sítio Histórico de Vila Velha – 1980. Arquivo da FUNDARPE, documentos avulsos. P. 05.)

Resolvemos apresentar esta parte do documento na íntegra afim de fazer a ponte entre estes registros já em parte apresentados durante este trabalho e que fazem parte do processo de tombamento da Vila Velha de Itamaracá e o empenho desta parte da nossa narrativa que diz respeito aos aspectos turísticos do ambiente patrimonial da vila.

Entendemos que já na década de 1980, o polígono patrimonial do que foi chamado pela FUNDARPE como Sítio Histórico de Vila Velha se define em um perímetro que inclui uma longa faixa de terra, onde estão presentes o Forte Orange, o rio Paripe, porção significativa das margens do Canal de Santa Cruz, as salinas, algumas propriedades particulares que faziam parte do perímetro

original da Vila, de áreas como a do Engenho Amparo, importante recurso econômico no século XVIII, apesar da crise.

Também, dentro deste perímetro estariam as áreas hoje particulares das fazendas no entorno da vila, onde muitos vestígios arqueológicos são encontrados, além das bases da capela da Santa Casa de Misericórdia. Além é claro do núcleo habitacional da Vila, já definida em outra parte deste texto.

Neste sentido, e como debatíamos anteriormente, o fluxo populacional vai se ampliado, os turistas de veraneio vão aumentando o fluxo de visitas, e a estrutura do espaço geográfico da Ilha começa a sofrer em todas as instâncias, o impacto destas pessoas.

Apesar do enorme potencial histórico-arqueológico da Vila e dos estudos e registros patrimoniais já realizados na Vila durante a década de 1990, o objetivo do PRODETUR- NE quando se volta para o litoral se apresenta com incentivos financeiros para o turismo do tipo “Sol e Praia”. Como explicitado no Termo de Referência: “o objetivo do Programa é aumentar as receitas geradas pelo turismo mediante a revalorização do modelo Sol e Praia e a diversificação (temática e geográfica) da oferta turística do Estado de Pernambuco.” (Termo de Referência do PRODETUR – NE, 2001. Ministério do Turismo on line, acessado em Março de 2013).

O contrato do PRODETUR –NE, foi assinado em 12 de Dezembro de 1994, com incentivos do BID, majoritariamente e com parcelas do Banco do Nordeste, contando com 25 anos para amortização. Apesar disso, em menos tempo o Programa foi renovado e partiu para uma outra etapa que revela mais interesse em relação a nossa análise dizendo respeito ao PRODETUR – NE II, iniciado em 2001.

Antes que cheguemos a discutir a segunda fase do programa, é importante observar que nesta primeira etapa do programa com os incentivos autorizados, a mudança de governo em níveis federal e estaduais, caracterizou uma demora na execução das obras e mesmo na elaboração de projetos específicos.

E que segundo avaliação do PRODETUR, realizada ao final da primeira etapa em 1999, segue-se uma série de críticas a atuação de Pernambuco em relação aos Macroobjetivos do Programa, que são indicações claras a serem consideradas nos projetos estaduais e municipais. Na fala do relatório de avaliação:

Enquanto todos os estados, seguindo orientações do BID/BN, direcionavam seus esforços no sentido de fortalecer destinos já consolidados ou considerados como factíveis de consolidação à curto prazo, por se tratarem de áreas com demanda e investimentos comprovados e impacto distributivo, Pernambuco concentra todos seus esforços na aprovação do centro turístico de Guadalupe, um projeto cujo perfil contradizia os preceitos do Programa, por se tratar de uma área nova com demanda turística a ser criada e carente de investimentos privados. (Avaliação PRODETUR – NE I, 2001. P. 13. Ministério do Turismo on line, acessado em Março de 2013)

Não sabemos precisar se a incoerência de atuação de Pernambuco no PRODETUR NE I, tratou-se de um erro estratégico ou se na verdade se concretizava uma série de disputas políticas, o fato é que durante todo o tempo de atuação do Programa o Estado se fixou em construir do zero uma única estrutura turística, enquanto outros estados como a Bahia disseminou os recursos e construiu uma rede de aparelhos turísticos ao longo do litoral.

Ainda que o objetivo do Programa à época não fizesse referência direta à defesa do patrimônio, foi observado que nos estados que utilizaram os seus recursos muitas áreas de interesse patrimonial foram beneficiados por projetos sensíveis aos seu potencial histórico e cultural.

Com o PRODETUR-NE II, a postura de Pernambuco vai ser outra completamente diferente e os recursos vão ser ampliados em projetos que dividem o estado em três Polos: Polo Costa dos Arrecifes, Polo Agreste e Polo

do Vale São Francisco. Esta distribuição foi responsável ainda por caracterizar destinos turísticos como observado na tabela abaixo:

Tabela 01: Distribuição dos Destinos Turísticos PRODETUR-NE II

Destino Turístico	Municípios
Região Metropolitana do Recife	Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes.
Litoral Norte	Igarassu, Goiana, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista.
Litoral Sul	Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande e Barreiros.
Fernando de Noronha	Arquipélago de Fernando de Noronha.
Polo Agreste	Caruaru, Gravatá, Bezerros e Bonito.
Polo Vale do São Francisco	Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.

Dentro deste esquema temos uma dinâmica turística melhor elaborada e que considera e distribui os recursos, exatamente no período em que os interesses patrimoniais sobre a Ilha voltam a se estabelecer em decorrência do PRODETUR –NE II, como veremos. Entretanto, antes de nos fixarmos nos projeto específicos elaborados para a Ilha de Itamaracá e o seu patrimônio que redefinam os aspectos tão amplamente discutidos neste texto, referendando o imaginário holandês e enfatizando este discurso patrimonial para a Ilha.

Nos preocupamos, neste momento, em apresentar números da demanda turística em Pernambuco para que se compreende em certa medida, por um lado o fluxo e circulação financeira em torno desta atividade e também o afluxo de visitantes e o risco que isso gera para um ambiente patrimonial desprotegido, como observado na fala dos moradores.

Ai o turista chega e vê na areia da praia um monte de pedacinho de coisa antiga. Não sabe o que é, se tem mais e pergunta a gente. Quem conhece o patrimônio, que aprendeu que é importante preservar e manter a Vila como antigamente bem. Mais tem muito morador que vende os cachimbos, moedas, louças e outras peças. Fazer o que? Todo mundo tem coleção desses objetos do passado. (S. A. B. 53 anos, Morador de Vila Velha. Reg. de Maio de 2008.)

Tabela 02: Fluxo Global de turistas de Pernambuco de 1996 a 2001.³⁴

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Capita l	864.224	944.145	1.286.781	1.446.600	1.591.148	1.930.051
Estad o	1.329.576	1.573.576	1.903.781	2.310.863	2.654.165	3.216.748

³⁴ EMPETUR/BOHS/Pesquisas do Turismo Receptivo. 2003.

É sabido que o fluxo intenso e desordenado do turismo produz condições diferenciadas para uma determinada localidade. O turismo por si, impõe uma nova forma de organização das atividades econômicas e sociais, na medida em que se caracteriza por ser:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou de grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, sai do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltipla inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992, p. 92).

Se a Ilha já passava por um período de avanço no número de moradores e visitantes, o PRODETUR II tende a ampliar estes números. Os dados que apresentamos na tabela 2 relacionam informações do período de atuação do PRODETUR I, quando como vimos os vultosos investimentos foram focalizados em uma única área. O que é preciso termos em vista é que a atividade turística acontece independente de haver no destino escolhido estrutura receptiva.

O que aconteceu largamente em nosso estado gerando, como no caso da Ilha de Itamaracá e mais especificamente na Vila Velha situações como a apontada pelo morador que questiona a propriedade que todo e qualquer turista têm de se apropriar do vasto patrimônio presente na Ilha e que está ao alcance das mãos.

É comum, como observamos da fala do entrevistado, encontrar na maré baixa ou após alguns dias de chuva, uma enorme quantidade de material arqueológico, fragmentos da rica história colonial e pré-colonial da Ilha de Itamaracá. E em Vila Velha, local de menor interferência da Ilha, estas peças saltam aos olhos até de quem não sabe diferenciar uma louça portuguesa do século XVIII, de uma cerâmica utilitária contemporânea.

A excepcionalidade do e diversidade do material encontrado é tanto, que muitos já foram os grupos de colecionadores que andaram visitando a Vila inclusive durante o período da nossa pesquisa, levando embora para várias partes do mundo os pedaços da história do Brasil que ainda está por ser contada.

Vila Velha configura-se quase como um espaço museal vivo, onde as peças em exposição são reveladas em sua própria lógica e com temáticas pautadas nas vivências cotidianas dos moradores. É como se as cenas fossem sendo deslocadas no tempo e o espaço histórico fosse sendo incessantemente rerepresentado.

Os moradores da Vila lutam a anos para que as singularidades deste sítio histórico sejam preservadas, tal como a relação dos moradores com o mesmo. para que haja sim atividade turística, posto que é dela que sobrevive boa parte da população, mais que se tenham um controle, planejamento e participação dos efetivos condutores desta história, o resistente grupo de 100 famílias que fixou suas raízes no chão de barro da Vila.

Quando enfim as autoridades e órgãos responsáveis, notadamente FUNDARPE e EMPETUR, pelo desenvolvimento do turismo e proteção do patrimônio do Estado de Pernambuco abriram espaço para a utilização dos recursos do já consolidado PRODETUR –NE II, uma outra problemática acabou sendo gerado. Um embate que perdura até o momento de confecção deste texto e que abriu espaço para inúmeras reflexões acerca da história da própria Ilha, fazendo com que muito do que já se considerava consolidado fosse revisto.

Figura 11: Fragmento de garrafa de Grès, encontrada no manguezal, às margens do Canal de Santa Cruz.



Figura 12: Diversos fragmentos de louça de coleção particular de morador da Vila.



Figura 14: Fragmento de cerâmica, no ambiente da praia.



Figura 14: Piteira de Cachimbo colonial, na praia às margens do Canal de Santa Cruz



O “Plano de Preservação, de Ocupação Urbana, Paisagística e Exploração Turística do Sítio Histórico de Vila Velha – Itamaracá/PE” foi coordenado pela EMPETUR e Secretaria de Turismo de Pernambuco e financiado com recursos do PRODETUR – NE II. A empresa privada vencedora da licitação para execução do empreendimento foi a GRAAL (Grupo de Arquitetura e Urbanismo), a partir do Contrato SETUR 003/2009.

Tivemos acesso somente à parte do material documental coletado pela empresa para a execução do plano, bem como de alguns relatórios de apresentação das etapas de desenvolvimento do projeto. É notado, entretanto, que o Plano esteve em desencontro com os interesses da comunidade afetada diretamente, os moradores de Vila Velha.

Neste Plano fica clara uma modificação do traçado concernente ao perímetro de tombamento elaborado em 1980, pela própria FUNDARPE, referendado inclusive sob extensiva pesquisa histórica, como consta dos relatórios e dos próprios pareceres de recomendação de tombamento do sítio.

Infelizmente não temos como reproduzir tal qual o mapa elaborado pelo “Plano de Preservação”, posto que passa por uma reserva técnica privada, mais apresentaremos os pontos que foram demarcados como áreas de interesse patrimonial a serem preservadas ou re-significadas.

Antes disso, o que é relevante observar é que em desacordo com todas as indicações de cartas e acordos patrimoniais nos quais estão pautados os órgãos competentes acima citados, o Plano foi elaborado e apresentado para utilização dos recursos, com uma mínima participação dos moradores da vila.

A integração da população local nas tarefas de preservação do patrimônio natural e cultural aparecem como um dos objetivos fundamentais. Qualquer estratégia destinada a solucionar este tipo de situação deveria incluir uma vigorosa ação educacional em torno dos valores da cultura e sua importância para a comunidade. Seria necessário que esses componentes do Patrimônio fossem percebidos como

benéficos para a comunidade como um todo através de processos educativos. Informar a população local, sobretudo ao nível do ensino formal, abrir espaços de participação integrando os setores mais jovens que são os mais permeáveis e que precisam de novas alternativas de atividades, é absolutamente necessário. (PESSIS, 2012. P. 204)

O descrito acima, indicativo de todos os modelos de preservação patrimonial em áreas ocupadas e em torno de comunidades, não foi o aplicado até agora em Vila Velha. O que é interessante é que na primeira série de intervenções arqueológicas e preservacionistas na Vila, na década de 1980, como já referido neste texto, foram realizadas atividades educacionais junto à comunidade. E se hoje, os próprios moradores questionam a legitimidade da história reproduzida pelas Instituições atuantes é por que eles tiveram acesso a esse tipo de informação, e podem com propriedade questionar as ações apressadas dos grupos então atuantes no Plano de Preservação.

Nas entrevistas, os moradores não se mostram descontentes apenas com o Plano de Preservação, ainda que afirmem que “não vai preservar o que deve ser preservado” (M. G.L., 32 anos, morador da vila. Reg. 19, de Dezembro de 20012), a grande questão levantada por eles é a falta de consulta popular, a quase ausência de diálogo por parte dos órgãos competentes para que o Plano beneficie aqueles que de fato vivenciam o patrimônio da Vila.

O medo que temos é que Vila Velha vire um parque temático, onde o turista de veraneio chega e vê as atrações como se fosse uma casa abandonada. Nós queremos fazer parte deste patrimônio e não ficar escondido nas casinhas que o governo quer construir pra gente. Que está longe do centro histórico e sem nenhum contato com o turista que vai chegar. (M. G.L., 32 anos, morador da vila. Reg. 19, de Dezembro de 20012)

Quando observamos a fala do morador percebemos uma clara insatisfação da ordem da marginalização. Para os entrevistados, o que está ocorrendo é uma tomada do território da Vila, quase que uma limpeza dos espaços para que o turista encontre uma paisagem colonial tal qual ela era. O que contradiz totalmente as contemporâneas teorias de Patrimônio e cultura como espaços de mudanças constantes, pautadas nas vivências cotidianas. Mais esta é uma discussão para o terceiro capítulo.

O Plano de Preservação em seus relatórios apresentou ações de consultoria à população, com o que eles chamaram de Oficinas Participativas. Tivemos acesso ao seu terceiro relatório onde são apresentados documentos como atas de presença e fotografias destes encontros.

Estiveram presentes nos encontros definidos em um Núcleo de Acompanhamento, as entidades locais: Associação de Moradores de Vila Velha, Associação de Artesãos, Associação das Doceiras e Associação dos Idosos, além de dois moradores autônomos.

Do lado das entidades Governamentais e representantes do Projeto participaram das três Oficinas Participativas: Representantes do Governo Municipal, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Educação, Secretaria de Turismo, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Saúde, além destes estiveram presente ainda os representantes do equipamento turístico privado na Ilha, com a Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá (AHITA).

Como representantes do Estado, estiveram presentes, a Agência Estadual de Recursos Hídricos –CPRH, representada por Carolina Marques Lima, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, representada por Nazaré Reis e Neide Fernandes. Além dos representantes, Cremilda Maria Albuquerque e Marcos Simão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A crítica dos moradores não se deve então a falta de representatividade ou de participação nos eventos de planejamento e sim no que diz respeito ao planejamento das ações, que de acordo com o que foi relatado em entrevistas realizadas com os representantes locais acima citados é que o Plano já

chegava pronto, sem a necessidade de pouca ou nenhuma intervenção da comunidade.

Em meio a este cenário tenso, entre os anos de 2008 e 2012, onde estávamos constantemente na Vila, percebemos que o nível de insatisfação dos moradores e o medo de perder o seu espaço para o Plano foi aumentando. É certo que, os objetivos do Plano são grandiosos e se executados como elaborado mudaria definitivamente o cenário que encontramos hoje em Vila Velha. Nenhum dos moradores entrevistados foi contra um Planejamento turístico patrimonial, ao contrário, muitos já haviam enviado petições neste sentido à prefeitura e mesmo à FUNDARPE.

O que ficou claro e que nos fez trazer para a dissertação esta tão recente discussão é que as ações patrimoniais apresentadas aos longo destas três décadas se configuraram em um ponto de conflito entre as instituições de defesa do patrimônio e os moradores da Vila e que por este motivo alcançaram uma relevância fundamental nos relatos apresentados. Notamos inclusive, na coleta de fontes orais, que os ânimos e o humor dos moradores foi se modificando e os mesmos se tornaram cada vez mais arredios e desconfiado, mesmo para a nossa equipe de projeto com a qual conviveram por quase sete anos, entre idas e vindas.

O processo de tombamento e intervenções arqueológicas na Vila Velha de Itamaracá não tem prazo para terminar. O Plano de Preservação prevê inúmeras atividades arqueológicas, de prospecção e escavação em um amplo espaço geográfico como observado na tabela abaixo.

Tabela 03: Referência ao Mapa de Prioridades Arqueológicas do Plano de Intervenção de Vila Velha

Área de Intervenção	Elemento Arqueológico	Prioridades de Prospecção
---------------------	-----------------------	---------------------------

A.I. 01	Primeira entrada fortificada de Vila Velha	Nível 01
A.I.02	Reduto e Fosso, Linha de Trincheiras do Sítio Salinas.	Nível 01
A.I. 03	Vestígios da Igreja de Santo Antônio Irmandade da Misericórdia	Nível 01
A.I. 04	Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Bateria ao lado da Igreja	Nível 02
A.I. 04	Casa de Câmara e Cadeia e Material Arqueológico de superfície	Nível 01
A.I. 05	Fortificação de Proteção (Militar) de Vila Velha – Fosso.	Nível 01
A.I. 06	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Nível 03
A.I. 07	Ruínas da Ponte de Vila Velha, Fornos de Cal, Reduto ou Armazém, Fontes de Abastecimento de Água, Porto ou Fundeadouro ao pé da Vila Velha, Linha de Cais no Canal de Santa Cruz.	Nível 03
A.I. 08	Fornos de Cal do Sítio Chacon	Nível 02

Fora da área de prioridade a ser diretamente prospectada de acordo com o Plano, ainda apresenta duas áreas de expansão da área de pesquisa arqueológica que compreende a estrada de integração Vila Velha – Forte Orange (extensão base do registro de tombamento da FUNDARPE para o Sítio Histórico de Vila Velha) e também os elementos arqueológicos isolados do Sítio Salinas, a Mina de Calcário do Sítio Salinas e dos Fornos de Cal do Sítio Salinas, além dos caminhos terrestres e da Baliza da Barra de Itamaracá no Sítio Chacon.

Os desdobramentos das ações elaboradas no Plano de Preservação ainda estão em andamento e tem um reflexo substancial no imaginário e nas interpretações históricas dos moradores de Vila Velha que se viram obrigados a partir da apresentação do Plano a rever a sua história, a re-significar a sua memória e a construir uma identidade que lhes garanta a manutenção do patrimônio tal como estão acostumados e que dotam de sentido as suas vivências.

Nossa análise do ambiente patrimonial da Vila Velha de Itamaracá se desloca agora de um sentido quase sociológico desta histórica, posto que tão próximo das questões permeadas pela narrativa e pelas problemáticas suscitadas nas entrevistas orais, para mergulhar no complexo esquema de memória elaborado pelos moradores da Vila e que norteia a nossa pesquisa à sete anos.

Um espaço de memória que considera inúmeras intervenções institucionais externas e internas e que se recria à medida dessas interferências em uma incessante tentativa de perpetuar o lugar afetivo e quase que de herança familiar, desta comunidade.

CAPÍTULO III - Baú de memórias e narrativas: a construção da identidade patrimonial da Vila Velha de Ilha de Itamaracá

O Patrimônio inscreve-se entre a história e a memória. De fato, ele evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão do “sensível” das identidades pessoais, das afinidades religiosas, das culturas populares e até mesmo das mitologias. (POULOT, 2009, p. 235)

Nesta ponta da pesquisa e, por conseguinte, da escrita já nos sentimos confortáveis para fazer algumas afirmativas e explorar alguns planos de caracterização do objeto e ambiente estudado. Este último capítulo, é antes de qualquer coisa uma reflexão sobre o nosso método. Não que pretendamos aqui descrever os pormenores de se fazer ciência histórica, ou que iremos avaliar todas as fontes em suas contribuições para o nosso trabalho.

Antes que qualquer coisa pudesse ser dita sobre este nosso objeto de pesquisa um elemento precisava ficar transparente, a incessante construção de narrativas. É disso que trata o nosso terceiro capítulo. Falamos aqui das possibilidades, caminhos e descaminhos estabelecidos em relação aos sete anos de coleta de fontes orais.

Este é um capítulo para refletir como as fontes orais foram a mola propulsora do trabalho, mais também o elemento mais complexo de toda a pesquisa. É destas fontes orais que surgem ao longo do caminho as reflexões acerca do fazer história, dos tantos conceitos de patrimônio e, sobretudo da relação de todo este arcabouço científico com o tempo. Tempo de ouvir, de nos envolver, de questionar, duvidar, refletir e por fim escolher, o que e como escrever. Que narrativa construir.

É importante explicar aqui que o tempo deste trabalho em todas as suas descontinuidades e fragmentos descortinou outra Vila Velha. Para além das pessoas que falaram neste texto, nós gostaríamos de criar um último capítulo

onde este lugar falasse. Se é possível que um espaço tenha voz e exponha experiências e expectativas, este lugar é Vila Velha.

No primeiro tópico deste capítulo fazemos uma avaliação metodológica das fontes orais, exploramos as condições de coleta e os reflexos destes relatos para a condução de uma história e memória do patrimônio da Vila. Buscamos construir junto a estas fontes a lógica de uma memória patrimonial que se pauta no tão presente mito da presença holandesa em uma retomada da narrativa que norteia as tantas narrativas construídas sobre a Vila a partir do século XIX.

Enquanto que no último tópico projetamos a análise de uma problemática que se propõe dialogar no campo da memória para a justificação de um espaço patrimonial “inventado”, lugar de elaboração de sentido histórico, que por um lado é tributário de construções de valores e poderes Institucionais. E por outro, é parte constituinte de um imaginário todo particular de uma vila que por tanto tempo se orgulhou do seu isolamento geográfico.

A vila que se manteve por três séculos exibindo um núcleo habitacional de 100 famílias e que criou para si uma dinâmica de vivência própria foi sendo desafiada ao longo destes mesmos tantos anos a deixar que pedra por pedra, a antiga muralha fosse desmoronando e revelando ao mundo a sua singularidade. A impressão que temos no intermédio disso tudo é que a Vila e seus moradores ainda não estão preparados para se expor, para deixar ultrapassarem todas as barreiras naturais e defesas bélicas, tal qual os holandeses fizeram nos século XIX e deixar que o espaço seja tomado por tantas outras narrativas externas.

“viver na vila sempre foi bom, quando ninguém conhecia, parecia que tudo era só da gente, como se o povo guardasse um segredo. Só a gente sabia e agente guardava a vila como um segredo de família. Aí tudo que é gente descobriu e começou a inventar a nossa história; mais o que tá na cabeça da gente não dá pra inventar não” (F. A. L. ; 61

anos, morador da Vila Velha de Itamaracá . Reg. 53 de Abril de 2010)

O outro é cada vez mais desafiador aos resguardados moradores da Vila que apesar de viverem no século XX, continuam acastelados em muralhas imaginárias revestidas de tradição e costumes tão arraigados que parecem que ninguém mais pode entender o seu lugar, sua história, memória e patrimônio como eles próprios. Nossa tentativa é também desafiadora, mais ainda externa, tanto quanto a de todos os “outros”.

4.1 Um guia para ouvir a memória da Vila: os relatos orais

A coleta dos relatos orais que serviram de base para esta pesquisa teve início no ano de 2007 por ocasião do Projeto “Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano”, financiado pela CAPES/CNPQ e desenvolvido pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade federal Rural de Pernambuco. Inicialmente a coleta destas fontes era mais um subsídio ao entendimento do vasto patrimônio subaquático do litoral, neste caso o norte, do Estado de Pernambuco.

Entretanto, ao construirmos este banco de dados de relatos, fomos estabelecendo intrigantes questionamentos que não eram necessariamente objetivos do projeto em que trabalhávamos. Se a nossa busca inicialmente era por pistas de quais eram os patrimônios reconhecidos na Ilha de Itamaracá subaquáticos ou em superfície, acabamos por relacionar outro esquema de problemáticas relevantes para a pesquisa histórica.

Três pesquisas surgiram deste lugar de observação, sendo a aqui apresentada uma delas. As fontes orais fizeram parte das primeiras indagações em relação ao patrimônio da Ilha, por elas mesmas.

Uma das primeiras questões observadas no conjunto dos relatos foi a continuidade de opiniões que pareciam se completar a fim de construir um sentido de preservação para a Vila em tudo particular. Já foi discutido anteriormente, que o desejo de preservar e de tornar os bens matérias presentes na Vila em Patrimônios legalmente conhecidos se fez presente em todos os relatos orais coletados.

Se há um consenso entre os moradores, o da necessidade legal de preservação é um deles. Por outro lado, existe e este é o ponto de maior interesse e para o qual caminhamos durante todo este texto, uma pluralidade narrativa muito grande e uma necessidade de construir uma história própria e diferenciada da que está sendo posta então por discursos externos como estamos vendo.

A história da ilha ainda precisa ser contada. Estão se esquecendo de muita coisa. Cadê os índios, e os pescadores que sempre viveram aqui. Quem é que vai contar essa história? Parece que todo mundo tem coisa pra dizer... e aqui quem tem que contar a história verdadeira. (V. E. S., 35 anos. Moradora de Vila Velha. Reg. 10 de Março de 2009.)

A fala da moradora nos evidencia um questionamento que levamos algum tempo para encarar. O fato de que os moradores da Vila não aceitam a história que se conta sobre a própria Vila. É como se eles tivessem uma percepção de que ao longo dos anos o tanto que foi dito não fosse evidência suficiente do que eles conheceram e vivenciaram. Parece que a história da Vila está sempre por ser escrita.

Quando entrevistados os participantes das ações educativas ocorridas à época da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, os três deles de cujos registros foram concedidos, ficou clara uma insatisfação para o rumo que se estava dando para a história. E então eles diziam: "...holandeses, que

chegaram, fizeram coisa, saíram e pronto. O forte dos holandeses, a muralha dos holandeses, as coisas dos holandeses, aí chegou um tempo em que tudo era holandês...).

Começou a se configurar nos relatos, sobretudo os realizados junto à associação dos Idosos de Vila Velha, uma entidade extremamente atuante na localidade, um sentimento de negação a esta história holandesa. Estes idosos entrevistados, sempre tinham outras histórias para contar, outros feitos para elogiar, outros heróis a exaltar.

Veja só minha filha, os portugueses que vieram aqui primeiro, que construíram as casas, tinha já essa igreja. Tudo já tava certo e arrumado. E quando os holandeses foram simhora, quem ficou pra tomar conta de tudo? Os portugueses, que já era brasileiro, eu acho, porque já vivia das coisa daqui. (F.S., 67 anos, moradora e Membro da Associação de Idosos de Vila Velha. Registro 04, de Novembro de 2008).

Inclusive, e este momento é definitivo para o rumo do nosso trabalho, ficou evidente em várias falas, que a presença holandesa na Vila foi superestimada. Ora, não era preciso que os moradores nos dissessem isso, mais a impressão que tínhamos e que era corrente ao entrevistar os mais novos e tributários de um outro momento da memória da Vila era que sim, os moradores de Vila Velha eram legítimos herdeiros da herança holandesa no nordeste do Brasil. Os moradores de Vila Velha são filhos do “Jardim de Holanda” e disso devem se orgulhar.

Tínhamos seguramente dois discursos, duas narrativas contundentes a serem investigadas. Dois lugares de observação contraditórios convivendo em um mesmo espaço e significando o mesmo conjunto patrimonial.

Também agora, o povo fica falando que os holandeses não fizeram nada. Eu não estou entendendo, uma coisa que

todo mundo sempre soube foi da importância deles aqui. Não só o Forte, mais a muralha, que é a própria vila. Todo mundo aprendeu isso. E agora por motivos que eu não sei resolveram mudar a história. Isso é o que a gente sabe, dá pra mudar agora? Eu acho que não. E ia fazer isso por que se é o que os turistas gostam e faz parte de tudo que agente e a família da gente sabe. (L. M. C., 53 anos, morador da vila. Reg. 21 de Julho de 2009)

Antes de elevarmos a cabo esta discussão, levantamentos um pouco a poeira deste chão de terra batida para relacionar a história deste método de coleta e estudo de fontes para entender o que ele legou para esta pesquisa.

Foram sete anos de coleta de fontes, 86 entrevistados, quase um membro de cada família da Vila. Alguns dos entrevistados construíram mais de um relato, configurando entrevistas sequenciais, em três ou quatro encontros, inclusive ao longo de dois ou três anos.

As entrevistas foram semiabertas, seguindo um roteiro que mudou de entrevistado para o outro ou ao longo dos anos e objetivos, posto que o que inicialmente era um projeto de levantamento patrimonial, se tornou um projeto de iniciação científica e finalmente em um projeto de mestrado. Apesar das questões postas serem diferenciadas, o tema norteador das entrevistas giraram sempre em torno da identidade patrimonial dos moradores e da memória construída para a Vila.

Qual é a história de Vila Velha? Quem conta esta história? Quais os traços de memória a serem relatados, quais são os patrimônios da Vila? De perguntas como estas passamos a elaborar discussões tais como: Qual o espaço patrimonial da Vila? Quem cuida deste espaço? Que bens são tombados? Qual a história destes tombamentos?

Também os entrevistados, foram mudando de postura em relação aos relatos, o que é compreensível se levarmos em conta o tempo em que passamos trabalhando com este objeto. Em determinado momento, as entrevistas se tornaram um veículo de denúncia e um problema metodológico dentro da pesquisa.

Eu vou dizer uma coisa, a senhora não devia ficar perguntando essas coisas, que vai ter muita gente que vai se ofender. Quando fez... da primeira vez que a gente fez esse trabalho, todo mundo queria falar, agora quando chega algum pesquisador fica todo mundo de orelha em pé. E eu vou dizer, eles vem perguntar a gente quem está conversando e sobre o que estão falando... é pra ter cuidado por que, agora começou esse negócio de desapropriar as casas da barreira atrás da Igreja. (M. A., morador da Vila, 46 anos. Reg. 51, Agosto de 2012).

Ao mesmo tempo em que a pesquisa era desenvolvida, também as vivências na Vila foram se estabelecendo e inclusive, nos fazendo deparar com o falecimento de alguns entrevistados. As situações vivenciadas durante este tempo foram muitas, mais como este texto não se pretende um diário de campo, embora pareça isso algumas vezes, gostaríamos de destacar que o fato de a coleta das fontes ter ocorrido em um tão longo tempo e ter alcançado tantas etapas da pesquisa foi definitivo para o resultado do texto que temos atualmente.

Isso significa dizer que as tensões postas ao longo da coleta de fontes orais delinearam o sentido desta dissertação, na medida em que abriram caminho por uma discussão histórica, removeram um ambiente memorialista e se postaram diante de um espaço patrimonial que parecia cristalizado.

Se as primeiras fontes orais nos contavam que a história da Ilha de Itamaracá, tal qual a História de Pernambuco eram herdeiras da presença holandesa, e fortaleciam o imaginário holandês, o decorrer dos relatos demonstrou que o sentido da narrativa não era só esse. E que tratavam-se de narrativas com origens distintas e divergentes que precisavam ser historiadas.

Outro reflexo das tensões políticas surgidas ao longo do processo de coleta das fontes foi a recusa e o medo de falar, com um silêncio taciturno dos moradores, que se defrontavam com aqueles que se valiam das entrevistas como veículo de denúncia.

Quando as pesquisas são feitas parece que tudo vira documento. É nessa hora que a gente podia usar o que todo mundo disse pra mudar o que estão querendo fazer com a

vila... isso aqui é da gente e a quem mora aqui não tá podendo decidir. Tem que fazer alguma coisa, mais parece que o povo já desistiu, ficam satisfeitos com os metros quadrados que tão jogando pra eles. A gente tem documentos, a gente tem mapas, tem um monte de vestígio arqueológico que pode usar pra se defender, pra não mudarem isso aqui. (A. S.G. , 38 anos, morador da vila. Reg. 55 de Agosto de 2012.).

Como já deve ter ficado evidente o momento de maior conflito se desenvolveu durante as ações de estudos e viabilização do “Plano de Preservação de Vila Velha”, discutido no segundo capítulo. Além do silêncio quebrado a duras penas, alguns entrevistados solicitaram omissão de seus nomes do nosso texto apesar de terem autorizado o seu uso. Decidimos então por coerência metodológica omitir o nome de todos utilizando apenas as iniciais, a idade, e o número de registro da fonte bem como a data da realização da entrevista.

Outro fator relativo ao uso das fontes diz respeito a escolha dos entrevistados e que nos remete à fala da historiadora Verena Alberti: “Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizagem e decisões estratégicas.” (ALBERTI, 2010, p.165). Os nossos entrevistados são em sua maioria moradores ou ex-moradores da Vila. Não foi uma questão de prioridade, mais uma circunstância da própria pesquisa em seu decorrer.

As experiências múltiplas vivenciadas na Vila já eram tão complexas e suscitavam tantas questões que acabamos por escolher um ambiente de coleta restrito, o que de forma nenhuma empobreceu o resultado da pesquisa, ao contrário, possibilitou uma visualização mais clara das fontes e um cercamento de sentido para o debate encarado.

O fato é que as fontes orais coletadas na vila produziram um retrato de dois grupos discursivos bem destacados e de alguns elementos com ideias divergentes que por sua vez serviram para confrontar estes dois grupos.

Em primeiro lugar o grupo autointitulado herdeiro do passado holandês, do outro o grupo de insatisfeitos com a história contada até então. E na contramão de ambos os agentes externos, os moradores que não são parte

“original”, quer dizer aqueles que não nasceram ou tem familiares na vila, mais que são antigos moradores.

É um absurdo esse povo querer que a vila fique do mesmo jeito. Eu sei que é um lugar histórico e tudo, mas, não vai mudar? As famílias cresceram, aí por causa disso não vamos mais morar aqui? Quem foi que cuidou da vila desde sempre. Foram as nossas famílias, meus avós e pais. Quem tem direito de ficar e continuar cuidando? A gente... porque ele acham melhor colocar na mão dos donos dos hotéis que não tem nada com essa terra. Eu não entendo. (A.L.L.S. 26 anos, moradora da vila. Reg. 61 de Agosto de 2012.).

Estas três realidades, três experiências geram e ampliam as discussões que trazemos para este texto, no último tópico deste capítulo. As narrativas por eles produzidas são definidoras do sentido desta memória e do lugar afetivo da Vila Velha na história da Ilha de Itamaracá.

Para encarar a análise destas fontes que estavam distribuídas em aparelhos eletrônicos de registros diferenciados, tivemos outro desafio. O banco de dados se caracteriza em uma micelânea de equipamentos e foram inicialmente armazenados em mídias diferentes. CDs, Disquetes, Pen Drives, Cartões de Memória. Temos áudios, Áudio e Vídeo e fotografias das entrevistas.

O banco de dados passou de um recurso do Projeto Patrimônio Subaquático de Pernambuco, para um recurso de pesquisa privado, quando encaramos a missão de dar continuidade a construção de um arquivo. O dito arquivo então foi organizado por nome, data e um registro que parte do Nº 01, até a entrevista nº 86. Entretanto, como foi observado anteriormente, algumas entrevistas renderam mais de um encontro, gerando um segundo registro para o mesmo arquivo, que nomeamos Reg. 01.2, por exemplo, sendo sempre anexados nome dos entrevistados e data. Os números de registro são correspondentes às transcrições e arquivos primários (áudio e vídeo).³⁵

³⁵ Nos anexos 01 e 02 são apresentadas, a primeira ficha de entrevista do Projeto Patrimônio Subaquático de Pernambuco e a Ficha de Catalogação do Arquivo de Fonte Oral.

A análise das fontes orais se efetuou em duas etapas. A primeira esteve relacionada à construção das transcrições e a segunda a avaliação dos dados que foram confrontados com os documentos de outras naturezas, como iconografias, documentos escritos oficiais coloniais e recentes e tantos outros.

O diálogo entre as fontes orais e as demais fontes utilizadas neste trabalho foi definitivo para um entendimento histórico do panorama que tentamos conduzir, de um patrimônio gestado ao sabor das tantas narrativas ao longo dos séculos e mais fortemente durante três décadas do século XX.

Entender o patrimônio sob a perspectiva da relação história e memória como estabelece a fala de Dominic Poulot que inaugura este capítulo, significa antes de tudo fazer ouvir as identidades e mergulhar em uma dimensão do sensível que mobiliza os silêncios e os esquecimentos de forma substancial, fazendo com que um relato de memória defina um conhecimento, atue sobre um lugar e preconize uma história eternamente presente nas vivências passadas.

4.2 A relação história e memória e a construção do lugar do patrimônio para a Vila Velha de Itamaracá

Essa vila assim pequenininha é a nossa casa, a casa das nossas memórias, da nossa infância, das coisas que não tem mais valor e de todas as coisas que importam pra gente. Quem é que sabe cuidar dela, a moça não precisa nem responder. (R. S., 75 anos. R.08.3, Dezembro de 2009).

Na medida em que nos debruçamos sobre o pensar historiográfico e os recortes possíveis de uma dada história, nos passa, por vezes, despercebido, o que estas histórias nos dizem sobre o tratamento que damos ao tempo. Se ao escrever história refletimos sobre em que medida o

tempo é considerado dentro de uma comunidade em sua relação com os eventos de seu cotidiano e apreendemos o valor que o tempo adquire para determinada sociedade, podemos elencar um objeto que se constrói em relação a uma dinâmica temporal que nem sempre é compatível com a em que o historiador está inserido.

O tempo em que se estabelecem as histórias que registramos nos depoimentos orais produzidos em Vila Velha de Itamaracá, não corresponde à noção e apreensão de tempo com as quais lidamos em nosso cotidiano pessoal e de pesquisa. Trabalhar este entendimento dentro da reflexão que empreendemos ao objeto é um exercício diário, tanto de afastamento da fonte e objeto, quanto de intimidade com o mesmo a ponto de saber separar as fronteiras destes tempos múltiplos.

Todas vezes a gente fica só aqui nesse lugarzinho. É bom olhar o movimento, ficar conversando ou só olhando o tempo passar. As vezes chega uma pessoa de fora e senta assim como a menina, pra conversar com a gente. Fica lembrando como a vila era. A gente vivi assim sabe, só pensando no passado. (M.C. O.S. 83 anos, moradora da vila. Reg. 16 de Dezembro de 2008.).

Para este trabalho nos apoiamos no conceito elaborado como História do Tempo Presente do qual nos tornamos tributários a partir do momento em que ultrapassamos o entendimento de uma escrita da história em que o tempo histórico sobre o qual se escreve é o presente, posto que dele surgem as indagações às quais o historiador se pauta para construir seu acervo documental, seu panorama metodológico e os seus questionamentos.

Escrever a partir do presente não exclui a busca do passado, na verdade toda a discussão sobre tempo, a partir destas várias instâncias de pensamento nos levam a considerar o passado enquanto lugar de observação e entendimento deste mesmo presente.

O presente não nos foge ao olharmos para o passado, é neste momento que ele se torna palpável, tangível, posto que ganha sentido a partir das

memórias construídas no passado e conduz a um cenário histórico da ordem das imagens e representações que este presente cria a partir da documentação histórica escolhida.

A nossa observação sobre a história e memória do patrimônio de Vila Velha parte do presente para dialogar com as outras categorias do tempo, com o passado que foi construído a partir de tantos ângulos e com o futuro que se apresenta indistinto, mais sobre o qual poderíamos vislumbrar aspectos macros considerando as perspectivas atuais.

A vivência patrimonial atribuída à Vila Velha neste texto, passando pela memória e pela história deste ambiente é considerada tendo em vista as intervenções realizadas em seu espaço social e se instauram em nosso texto como ponto de reflexão mais também de inquietação política na medida em que define mesmo o nosso recorte temporal, que se articula com vários momentos da história da Vila.

Fizemos isso ao buscar imagens de um passado distante, o século XVII, mais ao nos situarmos, sobretudo, entre fins do século XX, mais precisamente as três últimas décadas do século XX, quando se iniciaram as ações visando o tombamento de bens isolados e foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas.

Ao nos fixarmos nos resultados documentais produzidos a partir da última década do século XX, refletimos sobre os esforços para a patrimonialização da Vila e os motivos pelos quais se intensificaram. Este é também o período em que os relatos de memória se comunicam com as ações voltadas para as articulações visando o tombamento do sítio histórico.

Sem explorar a tradição teórica dos Annales, acreditamos fazer-se necessário o entendimento das várias formas da escrita da história e ainda ancorando a noção dos tempos múltiplos e de uma noção de passado e presente que são perpassados de forma tão fugaz que mal são apreendidos e já deixaram de ser. É preciso colocar em questão o presente como lugar

de reflexão, mais também de atuação do historiador enquanto agente desta escrita.

Ao passo que consideramos o passado como ponto de partida, o espaço de construção dos documentos, devemos pensar no presente como espaço de construção dos objetos, que se elaboram a partir das problemáticas e diálogos efetuados neste presente.

Entretanto, esta trajetória efetuada por uma história do tempo presente perpassa transformações vinculadas ao próprio fazer historiográfico e as mudanças de perspectivas no campo da ciência Histórica. De acordo com a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, em sua publicação *História do Tempo Presente: Desafios*³⁶, o entendimento que temos hoje sobre este lugar historiográfico sofre retaliações porque foi ancorado na negação que a história se construiu enquanto ciência. Se em um primeiro momento Heródoto, narrava os eventos contados por seus contemporâneos e transformava-os em registros da história, sem que se pudesse avaliar a veracidade dos fatos, da mesma forma seria um retrocesso considerar produzir relatos historiográficos recentes em que as nossas impressões, dos historiadores-cientistas, possam ser apreendidas no texto.

É como se um tema de debate que tivesse sido ultrapassado agora retorna-se a cena. Entretanto, é preciso considerar as diversas transformações dos conceitos que constroem a própria ciência histórica e as diferenças entre eles no tempo, como pode ser observado em um texto de história da historiografia, como nos parece ser o de Jacques Le Goff, *História e Memória*. Se pensarmos assim, torna-se plausível entender a medida em que, foram modificados por exemplo, as categorias do tempo histórico e o próprio conceito de verdade e que hoje utilizamos como fonte de investigação os relatos orais, tal qual Heródoto.

Se esta História do Tempo Presente assusta é tanto por fornecer espaço a um entendimento do tempo muito mais fluído e do tempo histórico como

³⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

uma construção constante que não se faz apenas de forma linear e que tem por base um cronômetro regressivo no qual se basear.

Também, influência o conflito o fato de estabelecer-se uma relação tão imbricada com a memória a ponto de a diferenciação entre ambas às vezes se tornar de difícil dissolução. Mais à guisa deste problema temos o método e o apuro das perspectivas e lugares de condução do objeto que nos servem como bússola sobre a qual recorreremos sempre que a história e a memória são entrelaçadas, e temos a impressão de que não sabemos onde uma termina e a outra começa.

Se nos deparamos com um ambiente em que história e memória se confundem, em que tantos discursos são produzidos e narrativas são gestadas, encaramos ao longo deste texto o desafio de articular as tensões discursivas geradoras destas condições. Quando apresentamos três narrativas acerca da história e memória do patrimônio de Vila Velha estamos elaborando um panorama que procede do debate empreendido até agora.

As falas dos entrevistados conduzem a três narrativas com referência discursiva temporal clara. Se de um lado temos os herdeiros do mito holandês inscrevendo uma marca muito sensivelmente baseada no discurso institucional mais contundente produzido sobre a Ilha, o qual perpassa os primeiros registros realizados sobre a sua história e remontam aos relatos de cronistas do século XVII, os primeiros a construir estas memórias da história e dos documentos produzidos pelo IAHG-PE no início do século e de forma contundente aos efeitos das ações empreendidas pela FUNDARPE a partir da década de 1980, com o processo de tombamento da Vila Velha.

Na contramão deste discurso está a narrativa gerada por um grupo tão relevante quanto de moradores que buscam incessantemente uma vinculação do patrimônio da Vila a outra história que não a dos holandeses. Uma história que estabeleça relação com elementos como a Casa de Câmara e Cadeia, marco político administrativo da presença colonial portuguesa ou com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que parece o esqueleto de um tempo a muito esquecido, posto que até as ruínas estão a muito tempo sem receber atenção dos órgãos de proteção.

Tantas pesquisas já fizeram aqui, mais ainda ficamos sem saber muito. Só sabemos o que nos contam, por isso eu fico pedindo os textos, os documentos, pra ter coisas novas pra contar quando os visitantes chegam, meu trabalho usa essas histórias, eu acabo sendo guardião destas histórias. Mais eu tenho que conhecer mais. Quando me perguntam da Casa de Câmara e Cadeia eu não sei muito, e da Capela então, só que foi escavado e que não terminou. A pesquisa parou porque? Também não sei dizer. (E. L. 43 anos, Reg. 35 de Fevereiro de 2011).

Os tributários desta história buscam as origens portuguesas, trocam um colonizador pelo outro, mais parecem legítimos ao encontrar mais relevância na presença portuguesa em uma Capitania, a qual o seu donatário mal deu importância, do que a um curto período de ocupação dos modernos flamengos.

A visibilidade e fascínio da história holandesa na Ilha não alcançam a todos mais é suficiente para acalentar os pressupostos turístico do “Plano de Preservação” da Vila e fortalecer as disputas políticas e tensões sociais em um tão pequeno e restrito território.

Restrição, talvez seja a palavra que mais afete o terceiro lugar narrativo. Os sujeitos que advogam deste lugar são elementos externos as vivências originais da Vila. Tratam-se de moradores que por um motivo ou outro resolveram se fixar neste morro, em um pedaço de terra atlântica.

Os estrangeiros são poucos, uma pequena voz, que algumas vezes nem são de tão longe assim, posto que pernambucanos, do sertão, da região metropolitana do Recife, de outras áreas do litoral norte alí perto. Mais, são tratados como o “outro” e aqui falamos do sentido antropológico mesmo do termo, uma vez que a eles são relacionadas as mudanças e crises conceituais que porventura se instalam no grupo.

Não é que eles sejam detentores de um outro lugar de memória ou advoguem outra história para a Ilha, ao contrário, refletem muitas vezes o mesmo sentimento de pertencimento em relação a proteção do patrimônio da

Vila, seja ele holandês, português, que qualquer dos outros entrevistados. Lutam com o mesmo afinco e estão presentes nos espaços de conflito em defesa dos patrimônios da Vila.

Estava sendo mal visto aqui, nestas épocas que todo mundo tem que ser filho dos primeiros moradores, quem tem 20 anos de história na vila é estrangeiro. Nem me acham daqui, vou ser sempre apontado como de fora, mesmo que já fiz mais coisas por este lugar do que muitos que tiveram dez gerações morando aqui. É assim mesmo. (C. T. S. 41 anos, Reg. 53 de Setembro de 2012.).

O que para nós os torna relevantes enquanto grupo dentro da dinâmica das múltiplas narrativas patrimoniais é o fato de estarem à margem do espaço social construído para a Vila. É quase como se em meio ao controle e afirmação de uma história e memória originais e com valores de ancianidade e excepcionalidade a presença destes sujeitos negasse estes critérios, os tornando menos detentores destes.

Entender como o grupo de famílias de Vila Velha se tornou tão fechado em torno de seu patrimônio, como a característica mais latente de sua identidade, talvez seja tema para outro trabalho, mais o que é importante relativizar aqui é que o ambiente de produção destas memórias e histórias se efetua especificamente em torno destes patrimônios.

Parece que a presença destes bens materiais são a razão mesma da existência destas narrativas. Um espaço físico nunca foi tão identificador e simbólico de um grupo social como este que tratamos. Tão latente é esta característica que não conseguimos dissociar a história e memória da Vila de seus marcos patrimoniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho, desde a pesquisa até o difícil momento da escrita uma intimidade com o objeto estudado. Este objeto que foi se moldado e construindo ao longo de um caminho tortuoso que nos apresentou várias possibilidades narrativas e muitas fontes com as quais tratar.

Uma pesquisa em história de fato nunca se encerra. E em história cultural, parece que os caminhos sempre levam a novos e incontáveis trajetos. Quando nos deparamos com o cenário da Vila Velha de Itamaracá divisamos muitos degraus em uma caminhada que lá em 2007- 2008 dava os seus primeiros passos.

Estabelecer um diálogo com a história da Ilha de Itamaracá foi tarefa das mais complexas. Em primeiro lugar tínhamos um vácuo historiográfico, que não se ocupava da mesma. Apesar de inúmeros trabalhos se referirem a sua história como fundamental para entender o período colonial brasileiro, a dinâmica administrativa da Coroa Portuguesa no Nordeste. Poucos haviam se aventurado naquelas águas turbulentas.

Facilmente compreendemos os motivos. Como principal deles a dispersão das fontes. Devido as suas tantas mudanças no controle político territorial a Ilha acabou por ter os seus registros históricos espalhados em arquivos das Comarcas de Igarassu e Goiana, ainda no século XIX. Outros muito importantes registros ficaram sob posse da cúria metropolitana, já no século XVIII. E os demais, entre o APEJE, o Arquivo Ultramarino e as Bibliotecas de Haia na Holanda e a Biblioteca Nacional Brasileira no Rio de Janeiro. Além do arquivo que tem organizados um número significativo de exemplares cartográficos e iconografias do governo holandês no Brasil, o IAHGPE.

Obviamente, não tivemos acesso a todas as fontes, sobretudo às localizadas na Holanda, até então não estudadas para um trabalho acerca da

história da Ilha de Itamaracá e as da Biblioteca Nacional Brasileira, tivemos acesso apenas ao seu acervo digital.

Apesar disso podemos afirmar pelo nosso trabalho e por fazermos parte de um grupo de pesquisa que se dedicou por sete anos a história da Ilha de Itamaracá que muito está ainda por ser escrito sobre ela. Tantas são as possibilidades que podem vir das pesquisas arqueológicas, dos registros históricos ainda não analisados ou mesmo lidos.

É possível lembrar agora da nossa primeira incursão ao Arquivo Público Jordão Emerenciano tantos anos para encontrar a história da Ilha, e recebermos de logo de início uma cópia das ordens régias da capitania até então não estudadas por outros historiadores. Elas continuam lá repletas de novas informações sobre esta história.

Das fontes às que tivemos acesso e que foram coletadas e catalogadas durante o projeto as que sem dúvida suscitaram mais questionamentos foram as fontes orais. Como já apontamos no terceiro capítulo, elas foram tributárias de um olhar diferenciado sobre as memórias, agora podemos dizer assim, do patrimônio da Vila. É em torno destas múltiplas falas que gira a nossa discussão.

Quando iniciamos a pesquisa queríamos saber apenas dos holandeses e do imaginário produzido sobre a presença destes na Ilha. Ao longo do caminho, tantos foram os problemas que quase nos perdemos fazendo antever os descaminhos da narrativa com que nos deparávamos.

Os relatos orais chamam a atenção em nosso trabalho não só por conduzir as narrativas, institucionais ou internas da Vila, mais por apresentar conflitos discursivos e político patrimoniais que ultrapassam as barreiras documentais e se instauram nas vivências dos moradores. Conflitos que se aproximam das fontes e agem sobre elas e porque não sobre a análise e a escrita.

Seria arbitrário dizer isso? O quanto fomos como historiador impactados pelos conflitos gerados na dinâmica da própria pesquisa? Muitos foram os problemas suscitados por esta proximidade em relação aos acontecimentos

históricos. Por vezes, fomos mesmo agentes desta história na medida em que ouvíamos os relatos para além dos registos, na medida em que tínhamos acesso aos vários grupos envolvidos.

O que fazer quando esperam respostas que a história não pode dar? O afastamento foi o melhor lugar para analisar os fatos com mais propriedade. Para conhecer as variantes e questionar os nossos próprios sentimentos em relação as histórias contadas.

Escrever história é ofício dos inquietos. Daqueles que procuram espaços, onde só há brechas. Talvez estejamos apenas inventando mais uma narrativa sobre a Vila Velha de Itamaracá, certamente esta não será definitiva.

A história e memória do património da Vila passa por um processo de reinvenção, gestado na crise de múltiplas identidades. Deve se firmar frente a um difícil cenário político-económico e ser conduzida para novas reflexões.

Acreditamos que de tanto ainda por ser discutido o que mais nos inquieta é o fato de a Vila produzir um espaço de vivência histórico patrimonial que muito pouco permite de influências externas. Que inclusive estas influências são geradoras de conflito pelo simples fato de ultrapassarem os limites da tão bem construída muralha estabelecida para manter a série de padrões patrimoniais escolhidos pelos próprios moradores ao longo dos séculos em uma apropriação discursiva própria.

Como fruto deste diálogo discursivo e da relação tão imbricada com o património surge um sentimento de pertencimento único dos moradores de Vila Velha. Um sentimento quase familiar, como se a praça, o pátio da igreja, o pelourinho ou o forno de cal fossem, as salas, cozinhas ou quartos dos moradores, fossem suas casas, das muitas gerações de moradores que circularem por este ambiente.

Se o seu passado é tanto mais ou menos holandês do que qualquer outro, não é tão importante saber. O que importa no final é entender que entre tantos que vem e vão, os moradores de Vila Velha sempre ficam a construir o presente e cuidar do passado como se ele estivesse passando em suas janelas e pudesse ser alcançado com a ponta dos dedos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____ **História: A arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.

BARBALHO, Luciana. **Capitania de Itamaracá. Poder Local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1956.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do cotidiano: Vol. 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e Cronistas e a paisagem da Colônia Brasil 1. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 51, p. 63-87 – 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

_____. **A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970.** 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Parayba, 1535 a 1630.** Bauru – São Paulo: Edusc, 2007.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GUZMÁN, Alejandra. **El legado clásico: Identidad, memoria y patrimônio.** Quaderns de La Mediterrània. 2010.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**; Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.** FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades em Salto Caxias (Paraná, 1990- 2001)** Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2007. Memória, subjetividades e história oral: um relato de pesquisa.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**; 2º reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC-Rio, 2006. KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE, 1978.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: Editora da Unicamp; 1990.

MARTIN, George R.R. **A Dança dos Dragões.** Tradução Márcia Blasques. São Paulo: Leya, 2012. (Coleção as crônicas de gelo e fogo; 5).

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês (1630 – 1654)**. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana. – 3ªed. rev. – São Paulo: Alameda, 2008.

MICHEL Pollack. **Memória, Esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Carla Maria da Silva. MEDEIROS, Ricardo Pinto de. (ORG.) **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa. Ed. Universitária – UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Rosaline Vanessa Santos. **Vila Velha de Itamaracá: Imagens, Percursos e memórias**. Cadernos de Arquitetura 02; UFBA: 2003;

OLIVEIRA, Rodrigo Ibson da Silva. **Debaixo de pedra e cal: as relações socioeconômicas na capitania de Itamaracá (1654 – 1763)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História. 2014.

ORLANDI. Eni P. (org.) **Gestos da Leitura: da História no discurso**. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

PAUL. Ricouer. **Historia y memoria. La escritua de la historia y la representacion del passado**. El artículo a continuación, dedicado a la memoria de François Furet, reproduce el texto pronunciado en París el 13 de junio de 2000 en el marco de la 22ª Conferencia Marc Bloch, bajo los auspicios de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano.** Cadernos do Lepaarque, Vol. 2, nº 4. 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma História do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: o monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 9. Ed. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** Imprensa Oficial Edusp. São Paulo; 2001.

SANTOS, Josué Lopes dos. **Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: articulações inter-regionais e internacionais.** Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco -- Recife, 2013.

SOUZA, Gabriel Soares de. (Década de 1540 -1591). **Tratado descritivo do Brasil em 1578.** Organização de Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hedra, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. **Foucault: Seu pensamento, sua pessoa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VERRI, Gilda Maria Withaker. Brito, Jomard Muniz de. **Relendo o Recife de Nassau**. Recife: Bagaço, 2003.

VICENTE, Do Salvador Frei. **História do Brasil (1550 – 1627)**. 1ªed. (ano 2007), Curitiba: Juruá, 2009.

ANEXOS

ANEXO 01

Memória e Mito: O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Construção da Itamaracá Flamengo³⁷

ROTEIRO DE ENTREVISTA³⁸

1. Onde nasceu?
2. Conte um pouco sobre a sua infância e juventude?
3. Como se interessou por esta atividade (profissional ou cultural)?
4. Qual a importância desta atividade na sua vida?
5. Você conhece histórias antigas sobre a sua comunidade?
6. E sobre a sua família?
7. Você se reconhece nestas histórias?
8. Na sua cidade, o que considera como patrimônio?
9. Você costuma guardar objetos antigos ou fotografias?
10. Você acredita que a memória da sua cidade está sendo preservada? Pelo poder público ou pela população?
11. O que você conhece sobre a presença dos holandeses em Itamaracá?
12. Através de que veículo você conheceu as histórias da presença holandesa na Ilha?

³⁷ O roteiro de entrevistas apresentado foi elaborado para o primeiro projeto de iniciação científica, financiado pela CAPES /CNPQ, entre os anos de 2008 e 2009.

³⁸ É importante ressaltar que perguntas específicas podem ser acrescentadas e que tanto entrevistado quanto entrevistador podem suprimir algumas das perguntas se o desejarem.

13. Que importância você atribui a este passado?
14. Que importância a sua comunidade atribui a este passado?
15. As pessoas ainda hoje ouvem as histórias da presença holandesa na Ilha de Itamaracá?
16. Quem conta estas histórias hoje?
17. Você identifica na Ilha marcas da presença holandesa?
18. Você se identifica com este passado holandês vivido por Itamaracá?
19. Quais as histórias sobre a Ilha que você acha que devam ser contadas hoje?

ANEXO 02

TERMO DE UTILIZAÇÃO DE IMAGEM³⁹

Por esta e na melhor forma, eu, _____;
brasileiro, natural de _____, RG nº _____, expedido por
_____, CPF nº _____, residente à _____

Autorizo a pesquisadora Nátalli Emanuelli Araújo da Silva CPF: 061252514-70, a utilizar minhas imagens (*Still* e em movimento) assim como minhas falas em entrevistas e depoimentos (atuais e de arquivo) para a realização do Projeto “**Memória e Mito: O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Construção da Ilha de Itamaracá Flamengo**”, realizada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e financiada pelo CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa).

³⁹ Documentos neste formato foram produzidos para todas as entrevistas, mais um acordo tácito com os entrevistados nos exime de publicar as suas identidades, por motivos anteriormente relacionados. Este documento também foi fruto do primeiro projeto de Iniciação Científica, integrante do Projeto “Patrimônio Subaquático de Pernambuco”, sob orientação da Professora Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Financiamento da CAPES /CNPQ.

A produção, depois de realizada, poderá ser veiculada através de mídia aberta e/ou fechada, TV a cabo e/ou Internet ou qualquer tipo de mídia que exista no Brasil ou no exterior.

A presente autorização é feita sem limitação de tempo, em caráter definitivo e irretratável, de forma gratuita, sem ônus de qualquer espécie para as empresas UFRPE e CNPQ.

_____, de _____, 2008

ANEXO 03

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

A entrevista foram semi-aberta, ou seja, possuímos um roteiro de perguntas, mas também deixamos espaço para o entrevistado falar voluntariamente. As entrevistas foram gravadas em áudi com autorização do entrevistado, podendo ter sido interrompida pelo mesmo a qualquer momento. Quando em concordância do entrevistado também foi gravada em vídeo, parcial ou totalmente. A entrevista compôs o banco de dados que faz parte dos objetivos do projeto: **Memória e Mito: O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Construção da Itamaracá Flamengo**. E ficará a disposição de leitores externos em tempo indeterminado.

Nº de Registro da entrevista _____

Nome do entrevistado e apelido _____

Data de Nascimento: _____ Idade _____

Naturalidade: _____

Sexo do entrevistado: Masculino_____ Feminino_____

Escolaridade:_____

Endereço:_____

Ocupação (no presente ou no passado):_____

Data da entrevista:_____

Local da Entrevista:_____

Responsável(is) pela Entrevista:_____

EMENTA:⁴⁰ _____

⁴⁰ Aqui podem ser listadas informações sobre o gestual, ou informações ditas em off, que podem ser anexadas à transcrição com permissão por escrito do entrevistado.

ANEXO 04⁴¹



⁴¹ Fotografia produzida a partir de vista para o Forte Orage – Ilha de Itamaracá/PE, a partir da praia de Mangue Seco em Cruz de Rebouças, Município de Igarassu/PE. Foto: Josué Lopes, Março de 2012.

ANEXO 05⁴²



⁴² Fotografia de um dos Fornos de Cal encontrados nas proximidades de Vila Velha. Foto do autor: Janeiro de 2013.